Os sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois

A trajetória da salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil

La trayectoria de la salvaguardia del patrimonio cultural inmaterial en Brasil



1936/2006

Créditos

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Cultura
Gilberto Gil Moreira

Presidente do Iphan
Luiz Fernando de Almeida

Chefe de Gabinete
Thays Pessotto Zugliani

Procuradora-Chefe Federal
Tereza Beatriz da Rosa Miguel

Diretora de Patrimônio Imaterial
Márcia Sant'Anna

Diretor de Patrimônio Material e Fiscalização
Cyro Corrêa Lyra

Diretor de Museus e Centros Culturais
José do Nascimento Junior

Diretora de Planejamento e Administração
Maria Emília Nascimento Santos

Coordenadora-Geral de Pesquisa, Documentação e Referência
Lia Motta

Coordenadora-Geral de Promoção do Patrimônio Cultural
Grace Elizabeth

Departamento de Patrimônio Imaterial
Gerente de Identificação
Ana Gita de Oliveira

Gerente de Registro
Ana Cláudia Lima e Alves

Gerente de Apoio e Fomento
Tereza Maria Cotrim de Paiva-Chaves

Assessor da Direção
Marcelo Brito

Assistente do Setor de Acompanhamento e Execução
Margarida Maria Carvalho

Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular
Diretora
Claudia Márcia Ferreira

Chefe da Divisão Técnica
Lucia Yunes

Responsável pelo Setor de Pesquisa
Ricardo Gomes Lima

Coordenadora do Projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular
Letícia Vianna

Chefe da Divisão Administrativa
Arlete Rocha Carvalho

Ficha Técnica
Redação
Rogério Menezes

Revisão de conteúdo
Ana Gita de Oliveira
Marcelo Brito
Márcia Sant'Anna

Revisão de texto
Graça Mendes

Versão para o espanhol
Die Presse Tradução & Interpretação

Colaboração
Altair Ribeiro
Priscilla Motta Branco
Equipe da Coordenação-Geral de Promoção

Projeto Gráfico e Diagramação
Raruti Comunicação e Design | Cristiane Dias

Fotografias
Capa e contra-capa
Saia, Luís. Grupo de Carregadores de piano. Recife, PE, 18 fev. 1938. Fotografia 5,5x5,5cm. Inv.nº 095
Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga do Centro Cultural São Paulo / Secretaria Municipal de Cultura / Prefeitura do Município de São Paulo.
O Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga teve seu tombamento aprovado pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural Brasileiro em 11 de agosto de 2005.
Miolo - Acervo do Iphan

Impressão
Brasília Artes Gráficas

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Departamento do Patrimônio Imaterial
SBN - Quadra 2, Edifício Central Brasília 1º subsolo
CEP 70040-904 Brasília/DF
Telefone: (61) 3414.6135 / 3414.6136 / 3414.6137
Fax: (61) 3414.6134
http://www.iphan.gov.br
webmaster@iphan.gov.br

Brasília, maio de 2006.

Sumário

Apresentação

Na Pancada do Ganzá
Breve história da reflexão sobre o tema no Brasil

Os Bens Culturais Imateriais no mundo
Breve relato sobre a reflexão do tema

O desenho da nova política
Fundamentos e diretrizes que regem o trabalho de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil

A gestão do processo
Instrumentos da política pública de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial

As estruturas institucionais
A organização institucional do trabalho de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil

As ações de salvaguarda
As iniciativas de identificação, registro e fomento da dimensão imaterial do patrimônio cultural

Desafios da Política de Salvaguarda
Superação dos obstáculos para a expansão e consolidação da política pública

Presentación 05

Na Pancada do Ganzá 09
Breve historia de la reflexión sobre el tema en Brasil

Los Bienes Culturales Inmateriales en el mundo 15
Breve relato sobre la reflexión del tema

El diseño de la nueva política 18
Fundamentos y directrices que rigen el trabajo de salvaguardia del patrimonio cultural inmaterial en Brasil

La gestión del proceso 21
Instrumentos de la política pública de salvaguardia del patrimonio cultural inmaterial

Las estructuras institucionales 27
La organización institucional del trabajo de salvaguardia del patrimonio cultural inmaterial en Brasil

Las acciones de salvaguardia 29
Las iniciativas de identificación, registro y fomento de la dimensión inmaterial del patrimonio cultural

Desafíos de la Política de Salvaguardia 34
Superación de los obstáculos para la expansión y consolidación de la política pública









Apresentação

Os sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois... Aspectos e gestos essenciais da nossa vida cotidiana que, junto com muitos outros, são agora objeto das políticas de preservação cultural.

Com essa publicação o Ministério da Cultura e o Iphan vêm informar sobre os fundamentos e instrumentos da política de salvaguarda da dimensão imaterial do patrimônio cultural brasileiro, assim como prestar contas dos seus resultados e dos desafios que vêm enfrentando.

Esses jongos, violas, círios e ofícios são bens vivos mantidos pelas pessoas que os praticam. Preservá-los é valorizar seu conhecimento e ação. A salvaguarda desses bens está, portanto, orientada para a valorização do ser humano, para a garantia e para a melhoria das condições sociais, culturais e ambientais que permitem sua permanência.

Essa iniciativa é também mais um passo no sentido de ampliar a rede de parceiros já constituída em torno de uma tarefa que é monumental em face da nossa enorme diversidade, e que só chegará a bom termo se for compartilhada.

Luiz Fernando de Almeida
Presidente do Iphan

Presentación

Os sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois... Aspectos y gestos esenciales de nuestra vida cotidiana que, junto a muchos otros, son ahora objeto de las políticas de preservación cultural.

Con esta publicación el Ministerio de Cultura y el Iphan informan sobre los fundamentos e instrumentos de la política de salvaguardia de la dimensión inmaterial del patrimonio cultural brasileño, y prestan cuentas de sus resultados y de los desafíos que han enfrentado.

Estos *jongos*, *violas*, *círios* y *ofícios* son bienes vivos mantenidos por las personas que los practican. Preservarlos es valorizar su conocimiento y acción. Por lo tanto, la salvaguardia de estos bienes está orientada para la valorización del ser humano, garantía y mejoramiento de las condiciones sociales, culturales y ambientales que permiten su permanencia.

Esta iniciativa es también un paso más en la dirección de ampliar la red de socios ya constituida alrededor de una tarea que es monumental en vista de nuestra enorme diversidad, y que sólo llegará a un buen término si es compartida.

Luiz Fernando de Almeida
Presidente del Iphan

Acarajé (Francisco Costa, acervo CNFCP); Viola-de-Cocho (Francisco Costa, acervo CNFCP); Arte Gráfica Wajãpi (Dominique Gallois); Círio de Nazaré (Luiz Braga).

Semana da Arte Moderna. Primeira manifestação das idéias de Mario de Andrade a respeito do tema Patrimônio Cultural Imaterial, primeiro contato com o assunto até então "desconhecido".

1922

Proposta de implantação da política de preservação do patrimônio cultural brasileiro, elaborada por Mario de Andrade, a pedido de Gustavo Capanema, então Ministro de Educação e Saúde Pública.

1936

É criado o **Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)**, primeira instituição do governo brasileiro voltada para a proteção do patrimônio cultural do país.

1937

É criada a **Comissão Nacional de Folclore,** ponto de partida para o estudo do Folclore e das manifestações culturais do país.

1947

É instalada a **Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro,** vinculada ao Ministério de Educação e Cultura.

1958

Aloísio Magalhães cria o **Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC).**

1975

Semana de Arte Moderno. Primera manifestación de las ideas de Mario de Andrade referente al tema Patrimonio Cultural Inmaterial, primer contacto con el asunto hasta entonces "desconocido".

Propuesta de implantación de la política de preservación del patrimonio cultural brasileño, elaborada por Mario de Andrade, a solicitud de Gustavo Capanema, Ministro de Educación y Salud Pública de esa época.

Es creado el **Servicio del Patrimonio Histórico y Artístico Nacional (SPHAN)**, primera institución del gobierno brasileño dirigida a la protección del patrimonio cultural del país.

Es creada la **Comisión Nacional de Folclor,** punto de partida para el estudio del folclor y de las manifestaciones culturales del país.

Es instalada la **Campaña de Defensa del Folclor Brasileño,** vinculada al Ministerio de Educación y Cultura.

Aloísio Magalhães crea el **Centro Nacional de Referencia Cultural (CNRC).**

São criados a **Comissão Interinstitucional** para elaborar proposta de regulamentação do Registro do patrimônio cultural imaterial e o **Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial (GTPI)** para assessorar esta Comissão.

1998

Desenvolvimento do instrumento técnico de **Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC)**, metodologia voltada à produção de conhecimento sobre bens culturais visando a subsidiar a formulação de políticas patrimoniais.

2000

Instituição do **Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial** e do **Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI)**, mediante o **Decreto nº 3551,** de 4 de agosto desse ano.

2000

Primeiro Registro de Bem Cultural Imaterial no Brasil: Ofício das Paneleiras de Goiabeiras/Vitória/ES.

2002

O CNFCP passa a integrar a estrutura do Iphan, mediante o Decreto nº 4.811, de 19 de agosto de 2003. DOU 20

2003

2003 – Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, aprovada na 32ª Sessão da Conferência Geral das Nações Unidas, em Paris, em 17 de outubro.

2003

Se crean la **Comisión Interinstitucional** para elaborar una propuesta de reglamentación del Registro del patrimonio cultural inmaterial y el **Grupo de Trabajo Patrimonio Inmaterial (GTPI)** para asesorar dicha Comisión.

1998

Desarrollo del instrumento técnico de **Inventario Nacional de Referencias Culturales (INRC),** metodología dirigida a la producción de conocimiento sobre bienes culturales con el intuito de subsidiar a formulación de políticas patrimoniales.

2000

Institución del **Registro de Bienes Culturales de Naturaleza Inmaterial** y del **Programa Nacional de Patrimonio Inmaterial (PNPI),** mediante el **Decreto nº 3551,** del 4 de agosto del mismo año.

2000

Primer Registro de Bien Cultural Inmaterial en Brasil: *Oficio das Paneleiras de Goiabeiras*, en la ciudad de Vitória, estado de Espírito Santo.

2002

El CNFCP pasa a integrar la estructura del Iphan, mediante el Decreto nº 4.811, del 19 de agosto de 2003. DOU 20

2003

Convención para Salvaguardia del Patrimonio Cultural Inmaterial, aprobada en la 32ª Sesión de la Conferencia General de las Naciones Unidas, en París, el 17 de octubre.

2003

Transformação da Campanha em **Instituto Nacional do Folclore,** vinculado à Fundação Nacional de Arte (Funarte).

1976

É criada a **Fundação Nacional PróMemória,** instituição incumbida de implementar a política de preservação da então Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, incorporando o Programa de Cidades Históricas (PCH) e o CNRC.

1979

Constituição Federal. O Patrimônio Cultural é definido de modo amplo. Nos artigos 215 e 216, o direito ao reconhecimento das manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e dos outros grupos que participam do processo civilizatório nacional é estabelecido.

1988

É instituído o **Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac),** mediante a Lei nº 8313, para promover a captação e a canalização de recursos e, entre outros objetivos, fomentar a preservação dos bens culturais materiais e imateriais.

1991

O Instituto Nacional de Folclore é transformado em **Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP),** vinculado à Funarte.

1997

Realização do **Seminário Patrimônio Imaterial: estratégias e formas de proteção,** em Fortaleza, quando são discutidos os instrumentos legais e administrativos de preservação dos bens culturais de natureza imaterial.

1997

Transformación de la Campaña en **Instituto Nacional del Folclor,** vinculado a la Fundación Nacional de Arte (Funarte).

Es creada la **Fundación Nacional Pro Memoria,** institución encargada de implementar la política de preservación de la entonces Secretaría del Patrimonio Histórico y Artístico Nacional, incorporando el Programa de Ciudades Históricas (PCH) y el CNRC.

Constitución Federal. El Patrimonio Cultural es definido de una manera amplia. En los artículos 215 y 216, el derecho al reconocimiento de las manifestaciones de las culturas populares, indígenas y afrobrasileñas, y de los otros grupos que participan del proceso civilizatorio nacional es establecido.

Es instituido el **Programa Nacional de Apoyo a la Cultura (Pronac),** mediante la Ley nº 8313, para promover la captación y canalización de recursos y, entre otros objetivos, fomentar la preservación de los bienes culturales materiales e inmateriales.

El Instituto Nacional de Folclor es transformado en el **Centro Nacional de Folclor y Cultura Popular (CNFCP),** vinculado a Funarte.

Realización del **Seminario Patrimonio Inmaterial: estrategias y formas de protección,** en la ciudad de Fortaleza, donde son discutidos los instrumentos legales y administrativos de preservación de los bienes culturales de naturaleza inmaterial.

No mês de novembro, em Paris, a arte gráfica dos índios Wajãpi é proclamada pela Unesco Obra-Prima do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade.

2003

Em 04 de abril, o Decreto nº 5040, criou o **Departamento do Patrimônio Imaterial do Iphan (DPI)** ao qual foi agregado o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP).

2004

No mês de setembro, em Brasília, é lançado o **1º Edital do PNPI.**

2005

No mês de novembro, em Paris, o Samba de Roda no Recôncavo Baiano é proclamado pela Unesco Obra-Prima do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade.

2005

Em abril, por meio do Decreto nº 5753, o Brasil **ratificou a Convenção da Unesco** sobre a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.

2006

En el mes de noviembre, en París, el arte gráfico de los indios Wajãpi es proclamado por la Unesco Obra Maestra del Patrimonio Oral e Inmaterial de la Humanidad.

2003

El 04 de abril, el Decreto nº 5040, creó el **Departamento del Patrimonio Inmaterial del Iphan (DPI)** al cual fue agregado el Centro Nacional del Folclor y Cultura Popular (CNFCP).

2004

En el mes de septiembre, en Brasilia, es lanzado el **1º Edicto del PNPI.**

2005

En el mes de noviembre, en París, el *Samba de Roda no Recôncavo Baiano* es proclamado por la Unesco Obra Maestra del Patrimonio Oral e Inmaterial de la Humanidad.

2005

En abril, por medio del Decreto nº 5753, Brasil **ratificó la Convención de la Unesco** sobre la Salvaguardia del Patrimonio Cultural Inmaterial.

2006









Na Pancada do Ganzá

Breve história da reflexão sobre o tema no Brasil

"Além das crônicas de O Turista Aprendiz*, a viagem ao Nordeste terá outros resultados também bastante significativos. Mario reunirá fartíssimo material de pesquisa sobre danças dramáticas, melodias do boi, música de feitiçaria, religiosidade popular, crenças e superstições, e poesia popular. No decorrer de sua vida irá aproveitando vários elementos dessas pesquisas em artigos, ensaios e conferências. Entretanto, grande parte da documentação recolhida permanecerá inédita durante muito tempo, pois o autor pretendia divulgá-la numa obra de fôlego sobre música e cultura popular, que receberia o nome de* Na Pancada do Ganzá"[1].

Se, por acaso, a reflexão e a conseqüente ação sobre o patrimônio cultural imaterial do Brasil tivessem um santo padroeiro – esse santo padroeiro seria Mario de Andrade. Escritor, musicólogo e polemista de ótima cepa, ele foi um dos cérebros da Semana de Arte Moderna de 1922 e um dos mais importantes nomes da cultura brasileira do século passado. Já nos anos 20 e 30, enveredava pelos mais distintos rincões do país em busca de registros culturais que marcassem o jeito de ser, de agir, e de se comportar do povo brasileiro.

Ou ainda: se sambistas cariocas ou paulistas resolvessem dedicar o enredo de alguma escola de samba ao patrimônio cultural imaterial brasileiro (*Esplendor e Glória dos Bens Imateriais do Brasil*, poderia ser o tema proposto), novamente Mario de Andrade mereceria lugar de destaque.

Foi o intelectual e poeta paulistano quem deu início à reflexão sobre o patrimônio cultural imaterial brasileiro. Em 1936, em proposta entregue ao então ministro da Educação Gustavo Capanema, afirmava peremptoriamente: o patrimônio cultural da nação compreendia muitos outros bens além de monumentos e obras de artes.

Nos diários de viagem que compõem o livro **O Turista Aprendiz**[2], que contém textos escritos entre 1927 e 1943, escreveu:

"Natal, 6 de janeiro, 22 horas – Hoje é dia dos 'Santos Reis' que nem inda se diz por aqui, segundo dia grande pras danças dramáticas nordestinas.

1 - Telê Ancona Lopez, em Viagens Etnográficas de Mario de Andrade, no prefácio de O Turista Aprendiz. Editora Livraria Duas Cidades, São Paulo, segunda edição, 1983, p. 21.

2 - Id., Ibid., p. 267

Na Pancada do Ganzá

Breve historia de la reflexión sobre el tema en Brasil

"Además de las crónicas de O Turista Aprendiz*, el viaje al Nordeste tendrá otros resultados también bastante significativos. Mario reunirá hartísimo material de estudio sobre danzas dramáticas, melodías, música de hechicería, religiosidad popular, creencias, supersticiones y poesía popular. En el transcurso de su vida irá aprovechando varios elementos de estos estudios en artículos, ensayos y conferencias. Sin embargo, gran parte de la documentación recogida permanecerá inédita durante mucho tiempo, puesto que el autor pretendía divulgarla en una obra sobre música y cultura popular, que recibiría el nombre de* Na Pancada do Ganzá"[1].

Si por acaso la reflexión y la consecuente acción sobre el patrimonio cultural inmaterial de Brasil tuviesen un patrono – ese patrono sería Mario de Andrade. Escritor, musicólogo y polemista de excelente cepa, fue uno de los cerebros de la Semana de Arte Moderno de 1922 y uno de los más importantes nombres de la cultura brasileña del siglo pasado. En los años 20 y 30, enrumbaba por los más distintos rincones del país en busca de registros culturales que marcasen la forma de ser, de actuar, y de comportarse del pueblo brasileño.

Por otro lado, si sambistas cariocas o paulistas resolviesen dedicar el enredo de alguna escuela de samba al patrimonio cultural inmaterial brasileño (*Esplendor y Gloria de los Bienes Inmateriales de Brasil*, podría ser el tema propuesto), nuevamente Mario de Andrade merecería un lugar destacado.

Fue el intelectual y poeta paulista quien dio inicio a la reflexión sobre el patrimonio cultural inmaterial brasileño. En 1936, en una propuesta entregada al entonces ministro de Educación Gustavo Capanema, afirmaba terminantemente: el patrimonio cultural de la nación comprendía muchos otros bienes además de monumentos y obras de arte.

En los diarios de viajes que componen el libro **O Turista Aprendiz**[2], que contiene textos escritos entre 1927 y 1943, escribió:

"Ciudad de Natal, 6 de enero, 22 horas – Hoy es día de los 'Santos Reyes' que aún no se dice por aquí, segundo gran día para las danzas dramáticas nordestinas. Por Natal salieron la Chegança *y el* Pastoril.

1 - Telê Ancona Lopez, en Viagens Etnográficas de Mario de Andrade, en el prefacio de O Turista Aprendiz. Editora Livraria Duas Cidades, Sao Paulo, segunda edición, 1983, p. 21.

2 - Id., Ibid., p. 267

Colocação de afinadores, São Francisco, MG (Francisco Costa, acervo CNFCP); Paneleiras (Márcio Vianna); Samba de Roda (Luiz Santos); Jongo da Serrinha (Francisco Costa, acervo CNFCP).

Pelo Natal saíram a Chegança e o Pastoril. Pelo Reis sai o Bumba-Meu-Boi. No Norte, o boi tem como data pra sair o Dia de São João. No Nordeste sai pelos reis e se no dia 30 de dezembro passado pude assistir ao Boi no município de São Gonçalo, isso foi exceção, honraria pra quem vos escreve essas notas de turista aprendiz ...

... Hoje o Boi do ***Alecrim*** *saiu pra rua e está dançando pros natalenses. Os coitados estão inteiramente às nossas ordens só porque Luís da Câmara Cascudo, e eu de embrulho, conseguimos que pudessem dançar na rua sem pagar a licença na polícia. Infelizmente é assim, sim. Civilização brasileira consiste em impecilhar as tradições vivas que possuímos de mais nossas. Que a polícia obrigue os blocos a tirarem licença muito que bem, pra controlar as bagunças e os chinfrins, mas que faça essa gente pobríssima, além dos sacrifícios que já faz pra encenar a dança, pagar licença, não entendo. Seria justo mais é que protegessem os blocos, Prefeitura, Estado: construíssem palanques especiais nas praças públicas centrais, instituíssem prêmios em dinheiro dados em concurso. Duzentos mil-réis é nada pra Prefeitura. Pra essa gente seria, além do gozo da vitória, uma fortuna. O Boi de S. Gonçalo outro dia murchou de pé no areão várias horas de Sol pra chegar na* ***Redinha*** *e ganhar 40 paus! É horroroso.*[3]

Além desse notável poder de antever o futuro, o que o tornou pioneiro na reflexão sobre a importância do patrimônio cultural imaterial para a cultura de um povo, Mario de Andrade fez mais: foi um dos mentores da criação, em janeiro de 1937, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), primeira instituição governamental voltada para a proteção do patrimônio cultural do país.

"A preservação de bens culturais de natureza imaterial já estava prevista no anteprojeto que deu origem a essa instituição, elaborado pelo poeta modernista Mario de Andrade, um dos intelectuais responsáveis por sua fundação. Numa visão retrospectiva, se pode afirmar que os primeiros registros de bens culturais de natureza imaterial foram realizados naquele período, durante as expedições do escritor pelo Nordeste brasileiro, ocasião em que valioso material audiovisual e textual sobre danças e ritmos populares da região foi recolhido." [4]

3 - Alecrim e Redinha são bairros de Natal, capital do Rio Grande do Norte.

4 - Em Informe sobre o estado da proteção do Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil. Edição Iphan. Brasília, 2005, p. 01.

Por Reyes sale el Bumba-Meu-Boi. *En el Norte, el* Bumba-Meu-Boi *tiene como fecha para salir el Día de San Juan. En el Nordeste sale por los Reyes y el día 30 de diciembre pasado pude verlo en el municipio de São Gonçalo, eso fue una excepción, honor para quien os escribe estas notas de turista aprendiz ...*

... Hoy el Bumba-Meu-Boi de Alecrim *salió para la calle y está danzando para los natalienses. Los pobres están enteramente a nuestras órdenes sólo porque Luís da Câmara Cascudo, y yo de paquete, conseguimos que pudiesen danzar en la calle sin pagar la licencia en la policía. Infelizmente así es. La civilización brasileña consiste en obstaculizar las tradiciones vivas que poseemos de muy nuestras. Que la policía obligue a los bloques a sacar una licencia muy bien, para controlar los desordenes y los alborotos, pero que obligue a esta gente pobrísima, además de los sacrificios que ya hace para escenificar la danza, pagar una licencia, no entiendo. Seria más justo que protegiesen los bloques, que la Alcadía o Estado: construyesen palenques especiales en las plazas públicas centrales, instituyesen premios en dinero dados en concurso. Doscientos mil réis es nada para la Alcaldía. Para esa gente seria, además del gozo de la victoria, una fortuna. El* Bumba-Meu-Boi *de São Gonçalo otro día se marchitó en pie en el arenal varias horas de Sol para llegar en la* Redinha *y ganar cuarenta mil! Es horroroso.*[3]

Además de este notable poder de antever el futuro, lo que lo convirtió en pionero en la reflexión sobre la importancia del patrimonio cultural inmaterial para la cultura de un pueblo, Mario de Andrade hizo más: fue uno de los mentores de la creación del Instituto del Patrimonio Histórico y Artístico Nacional (Iphan), en enero de 1937, primera institución gubernamental dirigida a la protección del patrimonio cultural del país.

"La preservación de bienes culturales de naturaleza inmaterial ya estaba prevista en el anteproyecto que dio origen a esa institución, elaborado por el poeta modernista Mario de Andrade, uno de los intelectuales responsables por su fundación. En una visión retrospectiva, se puede afirmar que los primeros registros de bienes culturales de naturaleza inmaterial fueron realizados en aquel periodo, durante las expediciones del escritor por el Nordeste brasileño, ocasión en que un valioso material audiovisual y textual sobre danzas y ritmos populares de la región fue recogido." [4]

3 - Alecrim y Redinha son barrios de la ciudad de Natal, capital del estado de Río Grande do Norte.

4 - En Informe sobre el estado de la protección del Patrimonio Cultural Inmaterial en Brasil. Edición Iphan. Brasilia, 2005, p. 01.

Esse pioneirismo é também registrado em texto do ministro da Cultura Gilberto Gil: [5]

... A idéia de ampliar o raio de proteção, de preservação, e de valorização dos bens simbólicos de nosso povo foi, na verdade, sugerida por Mario de Andrade, no contexto do nascimento do Iphan, quando a consciência de preservação da memória nacional começou a se enraizar na sociedade brasileira."

Mario de Andrade deu o pontapé inicial, e passou a bola para seus sucessores, que, nos anos 50, se mobilizaram em torno da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, criada em 1947, no governo do General Eurico Gaspar Dutra. Esse movimento originou o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, hoje incorporado ao Iphan. Nas décadas de 70 e 80, o assunto voltaria a ecoar e reverberar fortemente, graças às experiências desenvolvidas no Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) e na Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), sob a liderança de Aloísio Magalhães. Outro nome, aliás, fundamental naquele hipotético samba-enredo sobre bens culturais imateriais.

Nos cerca de 60 anos posteriores às primeiras preocupações e reflexões de Mario de Andrade sobre o assunto, o interesse pela documentação das atividades ligadas à cultura tradicional e popular não esteve restrito apenas ao Iphan ou à esfera patrimonial. O Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular realizou, no período, relevante trabalho de conservação, promoção e difusão do conhecimento produzido pela cultura popular. Mais: desenvolveu ações de apoio às condições de existência dessas manifestações e manteve extraordinário acervo sobre o tema.

Por outro lado, a realização, nos anos 80, de seminários com as comunidades das cidades históricas de Ouro Preto e Diamantina (Minas Gerais), Cachoeira (Bahia) e São Luis (Maranhão), sempre sob a égide de Aloísio Magalhães, promoveu a implementação das seguintes ações: 1) levantamentos sócio-culturais em Alagoas e Sergipe; 2) inventários de tecnologias patrimoniais; 3) implantação do Museu Aberto de Orleans, em Santa Catarina; 4) tombamento da Fábrica de Vinho de Caju Tito Silva, na Paraíba; 5) uso do computador na documentação visual de padrões de tecelagem manual e de trançado indígena; 6) debate sobre a

5 - Em O Registro do Patrimônio Imaterial – Dossiê Final das Atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Edição MinC/Iphan/Funarte, Brasília, 2005, p. 07.

A este respecto el ministro de Cultura Gilberto Gil señala lo siguiente: [5]

... La idea de ampliar el radio de protección, de preservación, y de valorización de los bienes simbólicos de nuestro pueblo fue, en verdad, sugerida por Mario de Andrade, en el contexto del nacimiento del Iphan, cuando la conciencia de preservación de la memoria nacional comenzó a enraizarse en la sociedad brasileña."

Mario de Andrade dio el puntapié inicial, y pasó el balón para sus sucesores, que en los años 50 se movilizaron por la Campaña de Defensa del Folclor Brasileño, creada en 1947, en el gobierno del general Eurico Gaspar Dutra. Ese movimiento originó el Centro Nacional de Folclor y Cultura Popular, hoy incorporado al Iphan. En las décadas de 70 y 80, el asunto volvería hacer eco y reverberar fuertemente, gracias a las experiencias desarrolladas en el Centro Nacional de Referencia Cultural (CNRC) y en la Fundación Nacional Pro Memoria (FNPM), bajo el liderazgo de Aloísio Magalhães. Otro nombre fundamental en aquel hipotético samba de enredo sobre bienes culturales inmateriales.

En los aproximadamente sesenta años posteriores a las primeras preocupaciones y reflexiones de Mario de Andrade sobre el asunto, el interés por la documentación de las actividades relacionadas a la cultura tradicional y popular no estuvo restricto apenas al Iphan o a la esfera patrimonial. El Centro Nacional de Folclor y Cultura Popular realizó un relevante trabajo de conservación, promoción y difusión del conocimiento producido por la cultura popular. Además, desarrolló acciones de apoyo para las condiciones de existencia de esas manifestaciones y mantuvo un extraordinario acervo sobre el tema.

Por otro lado, la realización de seminarios con las comunidades de las ciudades históricas de Ouro Preto y Diamantina (estado de Minas Gerais), Cachoeira (Bahia) y São Luis (Maranhão), en los años 80, siempre bajo la égida de Aloísio Magalhães, promovió la implementación de las siguientes acciones: 1) levantamientos socio-culturales en Alagoas y Sergipe; 2) inventarios de tecnologías patrimoniales; 3) implantación del Museo Abierto de Orleans, en Santa Catarina; 4) declaración de patrimonio histórico de la Fábrica de Vino de Caju Tito Silva, en Paraíba; 5) uso de la computadora en la documentación visual de

5 - En O Registro do Patrimônio Imaterial – Dossier Final de las Actividades de la Comisión y de Grupo del Trabajo Patrimonio Inmaterial. Edición MinC/Iphan/Funarte, Brasilia, 2005, p. 07.

questão da propriedade intelectual de processos culturais coletivos; 7) desenvolvimento da idéia de criação de um selo de qualidade conferido a produtos de reconhecido valor cultural, como o queijo de Minas e a cachaça de alambique; 8) inclusão das culturas locais no processo de educação básica; 9) proteção da qualidade cultural de produtos artesanais nos programas de fomento governamental à atividade; 10) reconhecimento, como patrimônio, de bens da cultura indígena e afro-brasileira; 11) documentação da memória oral das frentes de expansão territorial e dos povos indígenas ágrafos.

Um dos grandes feitos de Aloísio Magalhães no comando do CNRC e, posteriormente, da FNPM, foi a ampliação da proteção do Estado em relação ao patrimônio não-consagrado, vinculado à cultura popular e aos cultos afro-brasileiros. Em Alagoas e na Bahia, o Iphan tombou, respectivamente, a Serra da Barriga, onde os quilombos de Zumbi se localizaram, e o Terreiro da Casa Branca, um dos mais importantes, antigos e atuantes centros de atividade do candomblé baiano.

"Nesse período foram realizadas ações de registro bastante significativas que, apesar de seu caráter experimental e não-sistemático, propiciaram uma importante reflexão sobre a questão, tendo como principal fruto a sedimentação de uma noção mais ampla de patrimônio cultural" [6]

Essas ações e a reflexão sobre a importância dos bens culturais imateriais contribuíram para sensibilizar o Congresso Nacional a incluir o assunto, de maneira contundente e afirmativa, na Constituição Federal promulgada em 1988, que estabeleceu:

"Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os ***bens de natureza material e imaterial****, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:*

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

6 - No Relatório Final das Atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial . IN: MinC/IphanFunarte . O Registro do Patrimônio Imaterial. Brasília, 2 ed., 2003, p. 15.

patrones de tejido manual y de trenzado indígena; 6) debate sobre la propiedad intelectual de procesos culturales colectivos; 7) desarrollo de la idea de creación de un sello de calidad conferido a productos de reconocido valor cultural, como el Queso de Minas y la Cachaza de Alambique; 8) inclusión de las culturas locales en el proceso de educación básica; 9) protección de la calidad cultural de productos artesanales en los programas de fomento gubernamentales de esta actividad; 10) reconocimiento, como patrimonio, de bienes de la cultura indígena y afrobrasileña; 11) documentación de la memoria oral de los frentes de expansión territorial y de los pueblos indígenas ágrafos.

Uno de los grandes logros de Aloísio Magalhães en el comando del CNRC y posteriormente de la FNPM, fue la ampliación de la protección del Estado en relación al patrimonio no consagrado, vinculado a la cultura popular y a los cultos afrobrasileños. El Iphan declaró como patrimonio la *Serra da Barriga* en Alagoas y el *Terreiro da Casa Branca* en Bahía, que es uno de los más importantes, antiguos y actuantes centros de actividad del candomblé.

"En ese período fueron realizadas acciones de registro bastante significativas que, a pesar de su carácter experimental y no sistemático, propiciaron una importante reflexión sobre el tema, teniendo como principal fruto la sedimentación de una noción más amplia de patrimonio cultural" [6]

Estas acciones y la reflexión sobre la importancia de los bienes culturales inmateriales contribuyeron para sensibilizar al Congreso Nacional a incluir el tema, de manera contundente y afirmativa, en la Constitución Federal promulgada en 1988, que estableció:

"Art. 216. Constituyen patrimonio cultural brasileño los ***bienes de naturaleza material e inmaterial****, tomados individualmente o en conjunto, portadores de referencia para la identidad, para la acción, para la memoria de los diferentes grupos formadores de la sociedad brasileña, en los cuales se incluyen:*

I – las formas de expresión

II – los modos de crear, hacer y vivir

III – las creaciones científicas, artísticas y tecnológicas

IV – las obras, objetos, documentos, edificaciones y demás espacios destinados a las manifestaciones artístico-culturales

6 - En el Informe Final de las Actividades de la Comisión y del Grupo de Trabajo Patrimonio Inmaterial. IN: MinC/IphanFunarte. El Registro del Patrimonio Inmaterial. Brasilia, 2 ed., 2003, p. 15.

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Parágrafo 1. O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação."

Mas, apenas em novembro de 1997, essas orientações contidas na Constituição de 1988 resultaram em uma ação mais concreta: o seminário internacional, promovido pelo Iphan em Fortaleza (Ceará), para discutir estratégias e formas de proteção ao patrimônio imaterial.

Nesse evento foram apresentadas experiências brasileiras e internacionais de resgate e de valorização de manifestações culturais vivas. Também se discutiram os rumos da ação institucional nesse campo, os instrumentos legais e as medidas administrativas que poderiam ser propostas para a preservação dessa dimensão do patrimônio.

O seminário produziu o documento A Carta de Fortaleza. Nela recomendavam-se o aprofundamento do debate sobre o conceito de patrimônio cultural imaterial e o desenvolvimento de estudos para a criação de instrumento legal, instituindo o '*Registro*' como principal modo de preservação e de reconhecimento de bens culturais dessa natureza.

A Carta de Fortaleza repercutiu de imediato no Ministério da Cultura: em março de 1998, constituiu-se Comissão com o objetivo de elaborar proposta visando à regulamentação do acautelamento do patrimônio cultural imaterial. Integravam esse grupo Joaquim Falcão, Marcos Villaça e Thomas Farkas, membros do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural[7], e Eduardo Portella, então presidente da Biblioteca Nacional. Também foi criado o Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial (GTPI), que reunia técnicos do Iphan, da Funarte e do MinC, para assessorar essa Comissão.

7 - O Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural tem funções definidas no Decreto nº 5.040, de 07 de abril de 2004, que estabelece no art. 9º, sua competência para "examinar, apreciar e decidir sobre questões relacionadas ao tombamento, ao registro de bens culturais de natureza imaterial e à saída de bens culturais do país e opinar acerca de outras questões propostas pelo Presidente". O Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000, estabelece em seus art. 3º, 4º, 5º e 7º que cabe também ao Conselho: a) manifestar-se quanto às propostas de registro apresentadas ao Iphan; b) estabelecer regulamentação interna quanto à instrução de processos de registro; c) deliberar sobre os bens a serem registrados; d) determinar quanto à abertura de novos livros de registro; e) deliberar sobre revalidação do título de Patrimônio Cultural do Brasil, conferido aos bens culturais registrados.

V – los conjuntos urbanos y sitios de valor histórico, paisajístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico y científico.

Párrafo 1. El poder público, con la colaboración de la comunidad, promoverá y protegerá el patrimonio cultural brasileño por medio de inventarios, registros, vigilancia, declaración de patrimonios y desapropiación, y de otras formas de cautela y preservación."

Sin embargo, apenas en noviembre de 1997, estas orientaciones contenidas en la Constitución de 1988 resultaron en una acción más concreta: el seminario internacional, promovido por el Iphan en la ciudad de Fortaleza, estado de Ceará, para discutir estrategias y formas de protección para el patrimonio inmaterial.

En el referido evento fueron presentadas experiencias brasileñas e internacionales de rescate y valorización de manifestaciones culturales vivas. También se discutieron los rumbos de la acción institucional en este campo, los instrumentos legales y las medidas administrativas que podrían ser propuestas para la preservación de esta dimensión del patrimonio.

El seminario produjo el documento llamado Carta de Fortaleza, donde se recomendaba profundizar el debate sobre el concepto de patrimonio cultural inmaterial y el desarrollo de estudios para la creación de un instrumento legal, instituyendo el Registro como principal forma de preservación y de reconocimiento de bienes culturales de esta naturaleza.

La Carta de Fortaleza repercutió inmediatamente en el Ministerio de Cultura: en marzo de 1998, se constituyó la Comisión con el objetivo de elaborar una propuesta para reglamentar la cautela del patrimonio cultural inmaterial. El grupo estaba integrado por Joaquim Falcão, Marcos Villaça y Thomas Farkas, miembros del Consejo Consultivo de Patrimonio Cultural[7], y Eduardo Portella, entonces presidente de la Biblioteca Nacional. También fue creado el Grupo de Trabajo Patrimonio Inmaterial (GTPI), que reunía técnicos del Iphan, Funarte y Ministerio de Cultura, para asesorar la comisión.

7 - El Consejo Consultivo del Patrimonio Cultural tiene funciones definidas en el Decreto nº 5.040, del 07 de abril de 2004, que establece en el art. 9º, su competencia para "examinar, apreciar y decidir sobre cuestiones relacionadas a la declaración de patrimonio, al registro de bienes culturales de naturaleza inmaterial y a la salida de bienes culturales del país y opinar acerca de otras cuestiones propuestas por el Presidente". El Decreto nº 3.551, del 04 de agosto de 2000, establece en sus art. 3º, 4º, 5º y 7º que cabe también al Consejo: a) manifestarse cuanto a las propuestas de registro presentadas al Iphan; b) establecer reglamentación interna cuanto a la instrucción de procesos de registro; c) deliberar sobre los bienes a ser registrados; d) determinar cuanto a la apertura de nuevos libros de registro; e) deliberar sobre revalidación del título de Patrimonio Cultural de Brasil, conferido a los bienes culturales registrados.



Índio Guarani (acervo INRC - Missões/Iphan); Samba de Roda (Luiz Santos); Vaqueiros do Bumba-meu-boi da Fé em Deus, São Luís, MA (Luciana Carvalho, acervo CNFCP)

O resultado do trabalho conjunto entre a Comissão e o Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial (GTPI) não demorou a surgir. Em 4 de agosto de 2000 o Decreto número 3.551 instituiu *"o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro"* e criou *"o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial"*.

Quatro anos depois, em 7 de abril de 2004, já na atual gestão do Ministério da Cultura, o Decreto nº 5.040 criou o Departamento do Patrimônio Imaterial do Iphan (DPI), ao qual se subordinou o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), em funcionamento desde 1958.

Passaram a ser missões básicas desse novo espaço institucional:

1) respeito à diversidade cultural do Brasil;

2) valorização da diferença;

3) ampliação do foco da proteção conferida pelo Estado ao patrimônio cultural brasileiro;

4) valorização do patrimônio protegido visando à sua preservação e melhor inserção na vida cotidiana;

5) ampliação do acesso ao patrimônio cultural como direito de cidadania e base para o desenvolvimento sustentável do país.

El resultado del trabajo conjunto entre la Comisión y el Grupo de Trabajo Patrimonio Inmaterial (GTPI) no demoró en surgir. El 4 de agosto de 2000 el Decreto nº 3.551 instituyó el Registro de Bienes Culturales de Naturaleza Inmaterial que constituyen patrimonio cultural brasileño y creó el Programa Nacional del Patrimonio Inmaterial.

Cuatro años después, el 7 de abril de 2004, en la actual gestión del Ministerio de Cultura, el Decreto nº 5.040 creó el Departamento del Patrimonio Inmaterial del Iphan (DPI), al cual se subordinó el Centro Nacional de Folclor y Cultura Popular (CNFCP), en funcionamiento desde 1958.

Pasaron a ser misiones básicas de este nuevo espacio institucional:

1) respeto a la diversidad cultural de Brasil;

2) valorización de la diferencia;

3) ampliación del foco de la protección conferida por el Estado al patrimonio cultural brasileño;

4) valorización del patrimonio protegido con el intuito de su preservación y mejor inserción en la vida cotidiana;

5) ampliación del acceso al patrimonio cultural como derecho de ciudadanía y base para el desarrollo sostenible del país.

Os bens culturais imateriais no mundo

Breve relato da reflexão sobre o tema

Pelo menos desde 1972, a preocupação com a preservação e a valorização do patrimônio cultural se tornou causa mundial. Vários países firmaram, na 17ª Sessão da Conferência Geral da Unesco, a Convenção sobre a proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, colocando, entretanto, sob esse guarda-chuva apenas bens móveis e imóveis, conjuntos arquitetônicos e sítios urbanos e naturais.

Sob a liderança de representantes da Bolívia, alguns Estados membros solicitaram formalmente a essa entidade internacional a realização de estudos específicos. Objetivo: apontar formas jurídicas de proteção às manifestações da cultura tradicional e popular, reconhecidas como importante aspecto do patrimônio cultural da humanidade.

Desses estudos resultou, em 1989, na 25ª. Reunião da Conferência Geral da Unesco, a *Recomendação Sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular*. Esse texto, até a promulgação, pela Unesco, da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, em 2003, fundamentou as ações de preservação de bens culturais dessa natureza em todo o mundo. Constituiu-se em primeiro passo para a construção de um documento legal que firmasse as diretrizes do trabalho de salvaguarda no plano internacional. Tal documento, consubstanciado na nova convenção de 2003, teve participação decisiva dos especialistas brasileiros que já vinham desenvolvendo reflexões sobre o tema.

Em abril de 2006, o governo brasileiro ratificou, por meio do Decreto nº 5.753[8], essa convenção, que assim define "patrimônio cultural imaterial"[9]:

"... as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Esse patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu

8 - BRASIL. Decreto nº 5753, 12 de abril de 2006 que promulga a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, adotada em Paris, em 17 de outubro de 2003. Brasília, 2006.

9 - Unesco. Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, Paris, 17 de outubro de 2003, art. 2°.

Los bienes culturales inmateriales en el mundo

Breve relato sobre la reflexión del tema

Por lo menos desde 1972, la preocupación con la preservación y la valorización del patrimonio cultural se convirtió en una causa mundial. En la XVII Sesión de la Conferencia General de la Unesco, varios países suscribieron la Convención sobre la protección del Patrimonio Mundial, Cultural y Natural, colocando bajo esta cúpula apenas bienes muebles e inmuebles, conjuntos arquitectónicos y sitios urbanos y naturales.

Bajo el liderazgo de representantes de Bolivia, algunos Estados miembros solicitaron formalmente a esta entidad internacional la realización de estudios específicos. Con el objetivo de apuntar formas jurídicas de protección para las manifestaciones de la cultura tradicional y popular, reconocidas como un importante aspecto del patrimonio cultural de la humanidad.

De estos estudios resultó la XXV Reunión de la Conferencia General de la Unesco, la Recomendación sobre la Salvaguardia de la Cultura Tradicional y Popular, en 1989. Hasta su promulgación, por parte de la Unesco, de la Convención para la Salvaguardia del Patrimonio Cultural Inmaterial, en 2003, el texto fundamentó las acciones de preservación de bienes culturales de esta naturaleza en todo el mundo. Se constituyó en el primer paso para la construcción de un documento legal que consolidase las directrices del trabajo de salvaguardia en el plano internacional. Dicho documento, con base en la nueva convención de 2003, tuvo una participación decisiva de los especialistas brasileños que venían desarrollando reflexiones sobre el tema.

En abril de 2006, el gobierno brasileño ratificó la convención, por medio del Decreto nº 5.753[8], que define "patrimonio cultural inmaterial"[9] de la siguiente manera:

"...las prácticas, representaciones, expresiones, conocimientos y técnicas – junto con los instrumentos, objetos, artefactos y lugares culturales que les son asociados – que las comunidades, los grupos y, en algunos casos, los individuos reconocen como parte integrante de su patrimonio cultural. Este patrimonio cultural inmaterial, que se transmite de generación en gene-

8 - BRASIL. Decreto nº 5753, 12 de abril de 2006 que promulga la Convención para la Salvaguardia del Patrimonio Cultural Inmaterial, adoptada en París, el 17 de octubre de 2003. Brasilia, 2006.

9 - Unesco. Convención para la Salvaguardia del Patrimonio Cultural Inmaterial, París, 17 de octubre de 2003, art. 2°.

ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e de continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana."

Na verdade, desde os anos 50 do século passado, países orientais, especialmente o Japão, já se preocupavam com a questão. Exatamente por esse pioneirismo, a experiência japonesa de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial serviu de base para a Unesco elaborar, a partir de 1993, proposta de dispositivo para o reconhecimento e o apoio financeiro aos detentores de conhecimentos tradicionais. Recomendou-se então aos países membros dessa organização que indivíduos ou grupos fossem declarados oficialmente *Tesouros Humanos Vivos,* e passassem a receber ajuda financeira do Estado para que pudessem transmitir seus conhecimentos às novas gerações.

Essa forma de preservação, basicamente centrada na figura do mestre como transmissor de saberes, é também seguida por países como Coréia, Tailândia e Filipinas. No Ocidente, países como a França adotaram sistema similar – no caso, o programa *Les Métiers d'Art*, voltado para incentivar os mestres a transmitirem conhecimento a jovens aprendizes e para incentivar a re-inserção do produto desses ofícios tradicionais no mercado.

Essa abordagem de origem japonesa, de foco mais personalista, não foi inteiramente adotada no sistema de preservação do patrimônio cultural imaterial montado pelo governo federal no Brasil. A visão dos especialistas que colaboraram nessa montagem é a seguinte[10]:

"Focalizando a expressão cultural e o território em que se desenvolve ou ocorre, é possível atuar em todos os aspectos que a colocam em risco ou a enfraquecem – e naqueles que a fortalecem. Também são fundamentais todos os atores sociais envolvidos ou relacionados com a prática (inclusive o público que a envolve e a consome), e não apenas os chamados 'mestres'. O aspecto da transmissão do saber é, sem dúvida, extremamente importante, mas algumas vezes não é esse o problema que a manifestação cultural enfrenta de maneira mais grave. Muitas vezes os problemas são econômicos, ambientais ou, por exemplo, de dificuldade de acesso às matérias primas. Podem também ocorrer questões relacionadas à falta de organização grupal ou comunitária.

10 - Informação prestada pela Direção do Departamento de Patrimônio Imaterial do Iphan.

ración, es constantemente recreado por las comunidades y grupos en función de su ambiente, de su interacción con la naturaleza y de su historia, generando un sentimiento de identidad y de continuidad y contribuyendo así para promover el respeto a la diversidad cultural y a la creatividad humana."

En verdad, desde los años 50, países orientales, especialmente Japón, ya se preocupaban con el tema. Exactamente, porque la experiencia japonesa de salvaguardia del patrimonio cultural inmaterial fue la precursora, sirvió de base para que la Unesco elabore, a partir de 1993, una propuesta de dispositivo para el reconocimiento y apoyo financiero a los depositarios de conocimientos tradicionales. Se recomendó a los países miembros que individuos o grupos fuesen declarados oficialmente Tesoros Humanos Vivos, y pasen a recibir ayuda financiera del Estado para que pudiesen transmitir sus conocimientos a las nuevas generaciones.

Esta forma de preservación, básicamente centrada en la figura del maestro como transmisor de conocimientos, es también seguida por países como Corea, Tailandia y Filipinas. En el Occidente, países como Francia adoptaron un sistema similar – en este caso, el programa *Les Métiers d'Art*, dirigido a los maestros para incitar la transmisión de sus conocimientos a jóvenes aprendices y para incentivar la reinserción del producto de estos oficios tradicionales en el mercado.

Este abordaje de origen japonés, de foco más personalista, no fue enteramente adoptado en el sistema de preservación del patrimonio cultural inmaterial montado por el gobierno federal en Brasil. La visión de los especialistas que colaboraron en este montaje es la siguiente[10]:

"Focalizando la expresión cultural y el territorio en que se desarrolla u ocurre, es posible actuar en todos los aspectos que la colocan en riesgo o la debilitan – y en aquellos que la fortalecen. También son fundamentales todos los actores sociales involucrados o relacionados con la práctica (inclusive el público que la rodea y la consume), y no apenas los llamados 'maestros'. El aspecto de la transmisión del saber es, sin duda, extremamente importante, pero algunas veces no es ese el problema que la manifestación cultural enfrenta de manera más grave. Muchas veces los problemas son económicos, ambientales o, por ejemplo, de dificultad de acceso a las materias primas. Pueden también ocurrir cuestiones relacionadas a la falta de organización grupal o comunitaria.

10 - Información prestada por la Dirección del Departamento de Patrimonio Inmaterial del Iphan.





Viola-de-Cocho (Francisco Costa, acervo CNFCP); Índios Guarani em São Miguel das Missões,RS (acervo INRC - Missões/Iphan); Círio de Nazaré (Luiz Braga).

Levamos em conta ainda a tradição dos registros etnográficos brasileiros que também focalizam a expressão cultural ou o fenômeno cultural em sua globalidade, e os riscos de clientelismo ou assistencialismo que um programa limitado ao reconhecimento de pessoas poderia ensejar. Por fim, nos países asiáticos os chamados Tesouros Humanos Vivos são figuras centrais porque a questão da 'autenticidade' da expressão cultural (isto é, a forma canonizada de fazer) é mais importante do que para nós. Temos cultura mais híbrida, mais mutante e mais antropofágica. O mestre é importante para nós, não como parâmetro que deve ser seguido à risca, mas como alguém que ensina algo que será transformado ou adaptado logo em seguida. Na nossa cultura (ou culturas) o mestre, em geral, é um bom executante ou um bom criador."

Toda a discussão em torno do assunto, ao redor do mundo, introduziu e legitimou a idéia de que patrimônio material e patrimônio imaterial não estão separados. São vistos como

"conjunto único e coerente de manifestações múltiplas, complexas e profundamente interdependentes dos inúmeros componentes da cultura de um grupo social".[11]

A Unesco e vários países, considerando as iniciativas que se produziram desde a Convenção do Patrimônio Mundial até hoje, reviram e ampliaram a visão basicamente monumentalista vigente: assumiram um enfoque mais global e antropológico em relação ao patrimônio cultural. Ou seja: a oralidade, os conhecimentos tradicionais, os saberes, os sistemas de valores e as manifestações artísticas se tornaram expresões fundamentais na identificação cultural dos povos. Essas temáticas passaram, portanto, a ser objeto de fomento de políticas públicas nesse setor.

11 - LÉVI-STRAUSS, Laurent. O Patrimônio Imaterial e Diversidade Cultural: O Novo Decreto para a Proteção dos Bens Imateriais. IN: MinC/Iphan/Funarte. Op. cit., p. 77.

También tomamos en cuenta la tradición de los registros etnográficos brasileños que focalizan la expresión cultural o el fenómeno cultural en su globalidad, y los riesgos de clientelismo o asistencialismo que un programa limitado al reconocimiento de personas podría proporcionar. Finalmente, en los países asiáticos los llamados Tesoros Humanos Vivos son figuras centrales porque la cuestión de la 'autenticidad' de la expresión cultural (esto es, la forma canonizada de hacer) es más importante que para nosotros. Tenemos cultura más híbrida, más mutante y más antropófaga. El maestro es importante para nosotros, no como parámetro que debe ser seguido a raja tabla, sino como alguien que enseña algo que será transformado o adaptado en seguida. En nuestra cultura (o culturas) el maestro, en general, es un buen ejecutante o un buen creador."

Toda la discusión en torno al asunto, al rededor del mundo, introdujo y legitimó la idea de que patrimonio material y patrimonio inmaterial no están separados. Son vistos como...

"un conjunto único y coherente de manifestaciones múltiples, complejas y profundamente interdependientes de los innúmeros componentes de la cultura de un grupo social".[11]

La Unesco y varios países, considerando las iniciativas que se produjeron desde la Convención del Patrimonio Mundial hasta hoy, revivieron y ampliaron la visión básicamente monumentalista vigente: asumieron un enfoque más global y antropológico en relación al patrimonio cultural. Es decir la oralidad, los conocimientos tradicionales, los saberes, los sistemas de valores y las manifestaciones artísticas se convirtieron en expresiones fundamentales en la identificación cultural de los pueblos. Estas temáticas pasaron, por lo tanto, a ser objeto de fomento de políticas públicas en este sector.

11 - LÉVI-STRAUSS, Laurent. El Patrimonio Inmaterial y Diversidad Cultural: El Nuevo Decreto para la Protección de los Bienes Inmateriales. IN: MinC/Iphan/Funarte. Op. cit., p. 77.

O DESENHO DA NOVA POLÍTICA

Fundamentos e diretrizes que regem o trabalho de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil

Não existe consenso no plano internacional ou nacional sobre a expressão que melhor define o conjunto dos bens culturais de natureza imaterial. Aqui e ali são utilizadas expressões como *patrimônio cultural intangível*, *patrimônio cultural imaterial*, *cultura tradicional e popular* ou *patrimônio oral*.

No Brasil, o Iphan e o Ministério da Cultura optaram por definir o patrimônio cultural brasileiro tendo como base o estabelecido no Artigo 216 da Constituição Federal. Mas ressalvaram que:

"Não há dúvida de que as expressões patrimônio imaterial e bem cultural de natureza imaterial reforçam uma falsa dicotomia entre esses bens culturais vivos e o chamado patrimônio material. Por outro lado, contudo, com essa definição, delimita-se um conjunto de bens culturais que, apesar de estar intrinsecamente vinculado a uma cultura material, não vinha sendo reconhecido oficialmente como patrimônio nacional." [12]

A identificação desses bens culturais imateriais deveria se dar, portanto, a partir de sua relevância para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira. Também foi visto como fundamental a sua continuidade histórica, ou seja: que fossem reiteradas, transformadas e atualizadas, a ponto de se tornarem *referências culturais* para comunidades que as mantêm e as praticam.

Definiu-se ainda que esses bens culturais de natureza imaterial estariam incluídos, ou contextualizados, nas seguintes categorias:

1) Saberes: conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

2) Formas de Expressão: manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

3) Celebrações: rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

4) Lugares: mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

12 - Em Relatório Final das Atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial IN: MNC/Iphan/Funarte, Op. cit, p. 15.

EL DISEÑO DE LA NUEVA POLÍTICA

Fundamentos y directrices que rigen el trabajo de salvaguardia del patrimonio cultural inmaterial en Brasil

No existe consenso en el plano internacional o nacional sobre la expresión que mejor define al conjunto de los bienes culturales de naturaleza inmaterial. Aquí y allí son utilizadas expresiones como *patrimonio cultural intangible, patrimonio cultural inmaterial, cultura tradicional y popular o patrimonio oral.*

En Brasil, el Iphan y el Ministerio de Cultura optaron por definir el patrimonio cultural brasileño teniendo como base lo establecido en el Artículo 216 de la Constitución Federal. Pero salvaguardaron que:

"No hay duda de que las expresiones patrimonio inmaterial y bien cultural de naturaleza inmaterial refuerzan una falsa dicotomía entre estos bienes culturales vivos y el llamado patrimonio material. Sin embargo, por otro lado, con esa definición, se delimita un conjunto de bienes culturales que, a pesar de estar intrínsecamente vinculado a una cultura material, no venía siendo reconocido oficialmente como patrimonio nacional." [12]

Por lo tanto, la identificación de estos bienes culturales inmateriales debería darse a partir de su relevancia para la memoria, identidad y formación de la sociedad brasileña. También fue visto como fundamental su continuidad histórica, es decir que fuesen reiteradas, transformadas y actualizadas, al punto que se conviertan en referencias culturales para comunidades que las mantienen y las practican.

Se definió además que estos bienes culturales de naturaleza inmaterial estarían incluidos, o contextualizados, en las siguientes categorías:

1) Saberes: conocimientos y modos de hacer enraizados en el cotidiano de las comunidades;

2) Formas de Expresión: manifestaciones literarias, musicales, plásticas, escénicas y lúdicas;

3) Celebraciones: rituales y fiestas que marcan la vivencia colectiva del trabajo, de la religiosidad, del entretenimiento y de otras prácticas de la vida social;

4) Lugares: mercados, ferias, santuarios, plazas y demás espacios donde se concentran y reproducen prácticas culturales colectivas.

12 - En Informe Final de las Actividades de la Comisión y del Grupo de Trabajo Patrimonio Inmaterial IN: MNC/Iphan/Funarte, Op. cit, p. 15.

No processo de discussão do sistema brasileiro de salvaguarda do patrimônio imaterial o conceito de referência cultural se tornou fundamental. A discussão sobre as práticas, expressões e conhecimentos que são referências para grupos e segmentos sociais começou a se consolidar a partir dos anos 70. Nessa época, os critérios para a proteção de bens culturais de grande valor histórico e artístico, traçados em 1937, começaram a ganhar revisão radical.

O impulsionador dessa virada foi o já mencionado Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), capitaneado por Aloísio Magalhães, que defendia a busca – nas raízes vivas da identidade nacional, nos bens culturais não-consagrados pela então Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) – dos fundamentos de um desenvolvimento social e econômico inclusivo e culturalmente sustentado.

"Indagações, sobre quem tem legitimidade para selecionar o que deve ser preservado, a partir de que valores, em nome de quais interesses e de quais grupos, passaram a pôr em destaque a dimensão social e política de uma atividade que costumava ser vista como eminentemente técnica. Entendia-se que o patrimônio cultural brasileiro não devia se restringir aos grandes monumentos, aos testemunhos da história 'oficial', em que sobretudo as elites se reconhecem, mas devia incluir também manifestações culturais representativas para os outros grupos que compõem a sociedade brasileira – os índios, os negros, os imigrantes, as classes populares em geral." [13]

Ao se colocar o tema da referência cultural na ordem do dia, pretendia-se que as intervenções preservacionistas enxergassem os sítios de valor patrimonial não apenas como ambientes constituídos de natureza e de conjuntos de construções. Mas, basicamente, como lugares onde se desenrola vigoroso processo cultural de enorme complexidade e dinamismo:

"Falar em referências culturais significa dirigir o olhar para representações que configuram uma 'identidade' da região para seus habitantes, e que remetam à paisagem, às edificações e objetos, aos 'fazeres' e 'saberes', às crenças e hábitos". [14]

A política de salvaguarda dos bens culturais imateriais, executada hoje pelo Iphan e coordenada pelo Departamento do Patrimônio Imaterial, resgata esse conceito e o utiliza no trabalho realizado em várias regiões do país. No

13 - LONDRES, Cecília. Referências Culturais: Base para Novas Políticas de Patrimônio. IN: Manual de Publicação do Departamento de Documentação e Identificação. MinC/Iphan, Brasília, 2000, p. 11.

14 - Id., Ibid.

En el proceso de discusión del sistema brasileño de salvaguardia del patrimonio inmaterial el concepto de referencia cultural se volvió fundamental. La discusión sobre las prácticas, expresiones y conocimientos que son referencias para grupos y segmentos sociales comenzó a consolidarse a partir de los años 70. En esa época, los criterios para la protección de bienes culturales de gran valor histórico y artístico, trazados en 1937, comenzaron a recibir una revisión radical.

El impulsador de este giro fue el ya mencionado Centro Nacional de Referencia Cultural (CNRC), capitaneado por Aloísio Magalhães, que defendía la búsqueda – en las raíces vivas de la identidad nacional, en los bienes culturales no consagrados por la entonces Secretaría del Patrimonio Histórico y Artístico Nacional (Sphan) – de los fundamentos de un desarrollo social y económico inclusivo y culturalmente sostenible.

"Indagaciones, sobre quién tiene legitimidad para seleccionar lo que debe ser preservado, a partir de qué valores, en nombre de cuáles intereses y de cuáles grupos, pasaron a poner en destaque la dimensión social y política de una actividad que acostumbraba ser vista como eminentemente técnica. Se entendía que el patrimonio cultural brasileño no debía restringirse a los grandes monumentos, a los testimonios de la historia 'oficial', donde se reconocen especialmente la nata de la sociedad, sino debía incluir también manifestaciones culturales representativas para los otros grupos que componen la sociedad brasileña – los indios, negros, inmigrantes, las clases populares en general." [13]

Al colocarse el tema de la referencia cultural en el orden del día, se pretendía que las intervenciones de preservación considerasen los sitios de valor patrimonial no apenas como ambientes constituidos de naturaleza y de conjuntos de construcciones. Sino básicamente, como lugares donde se desenvuelve un vigoroso proceso cultural de enorme complejidad y dinamismo:

"Hablar en referencias culturales significa dirigir la mirada hacia las representaciones que configuran una 'identidad' de la región para sus habitantes, y que remitan al paisaje, a la edificaciones y objetos, a los 'haceres' y 'saberes', a las creencias y hábitos". [14]

La política de salvaguardia de los bienes culturales inmateriales, ejecutada hoy por el Iphan y coordinada por el Departamento del Patrimonio Inmaterial, rescata este concepto y lo utiliza en el trabajo realizado en varias regiones del país. En el

13 - LONDRES, Cecilia. Referencias Culturales: Base para Nuevas Políticas de Patrimonio. IN: Manual de Publicación del Departamento de Documentación e Identificación. MinC/Iphan, Brasilia, 2000, p. 11.

14 - Id., Ibid.

Manual de Aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais, um dos principais instrumentos dessa política, lê-se[15]:

"Referências são edificações e são paisagens naturais. São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão distantes, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. Em suma, referências são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidades, são o que popularmente se chama de 'raiz' de uma cultura".

A incorporação da noção de referência cultural implicou nova visão da conservação e da gestão dos bens culturais brasileiros. Significou, também, assumir que a atribuição de valor patrimonial a objetos e ações não é prerrogativa exclusiva do Estado e de seus representantes. Antes disso, precisa envolver os demais sujeitos que mantêm e produzem bens culturais.

Essa visão tornou-se mais institucionalizada a partir da promulgação do Decreto nº 3.551, de agosto de 2000, e da formulação do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). Tais providências permitiram o estabelecimento das seguintes diretrizes de salvaguarda:

A reprodução e a continuidade dos bens culturais vivos dependem de seus produtores e detentores. Por isso, eles devem sempre ser participantes ativos do processo de identificação, reconhecimento e apoio.

A garantia das condições sociais e ambientais necessárias à produção, reprodução e transmissão desses bens, é essencial. Logo, projetos que visem à melhoria dessas condições devem ser fomentados e incentivados.

O conhecimento do universo do patrimônio cultural é fundamental para a implementação de ações de registro e de fomento. O mapeamento, o inventário e a documentação de referências culturais no território nacional são, portanto, prioridades.

A ampliação do espaço institucional da salvaguarda do patrimônio cultural imaterial é

15 - Em Como Ler o INRC, IN: MinC/Iphan. Manual de Aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais. Brasília, 2000, p 29.

Manual de Aplicación del Inventario Nacional de Referencias Culturales, uno de los principales instrumentos de esta política, se lee[15]:

"Referencias son edificaciones y son paisajes naturales. Son también las artes, los oficios, las formas de expresión y los modos de hacer. Son las fiestas y los lugares donde la memoria y la vida social atribuyen sentido diferenciado: son las consideradas más bellas, son las más recordadas, las más queridas. Son hechos, actividades y objetos que movilizan la gente más próxima y que reaproximan los que están distantes, para que se reviva el sentimiento de participar y de pertenecer a un grupo, de poseer un lugar. En suma, referencias son objetos, prácticas y lugares apropiados por la cultura en la construcción de sentidos de identidades, son lo que popularmente se llama de 'raíz' de una cultura".

La incorporación de la noción de referencia cultural implicó en una nueva visión de la conservación y de la gestión de los bienes culturales brasileños. Significó también asumir que la atribución de valor patrimonial a objetos y acciones no es prerrogativa exclusiva del Estado y de sus representantes. Antes de ello, necesita circunscribir los demás sujetos que mantienen y producen bienes culturales.

Esta visión se volvió más institucionalizada a partir de la promulgación del Decreto nº 3.551, de agosto de 2000, y de la formulación del Inventario Nacional de Referencias Culturales (INRC). Tales providencias permitieron el establecimiento de las siguientes directrices de salvaguardia:

La reproducción y continuidad de los bienes culturales vivos dependen de sus productores y depositarios. Por ello, deben siempre ser participantes activos del proceso de identificación, reconocimiento y apoyo.

La garantía de las condiciones sociales y ambientales necesarias para la producción, reproducción y transmisión de estos bienes, es esencial. Luego, proyectos que tengan como objetivo el mejoramiento de esas condiciones deben ser fomentados e incentivados.

El conocimiento del universo del patrimonio cultural es fundamental para la implementación de acciones de registro y de fomento. El mapeo, inventario y documentación de referencias culturales en el territorio nacional son por lo tanto, prioridades.

La ampliación del espacio institucional de la salvaguardia del patrimonio cultural inmaterial es una

15 - En Cómo Leer el INRC, IN: MinC/Iphan. Manual de Aplicación del Inventario Nacional de Referencias Culturales. Brasilia, 2000, p 29.

ação necessária à consolidação e à permanência dessa política pública, e demanda contínuo aprimoramento de suas bases conceituais, técnicas e metodológicas.

Os direitos de imagem e de propriedade intelectual coletiva devem ser reconhecidos e defendidos, além de garantidos os benefícios que o processo de salvaguarda pode gerar para os produtores e detentores dos bens culturais imateriais.

acción necesaria para la consolidación y permanencia de esta política pública, y demanda un continuo perfeccionamiento de sus bases conceptuales, técnicas y metodológicas.

Los derechos de imagen y de propiedad intelectual colectiva deben ser reconocidos y defendidos, además de garantizados los beneficios que el proceso de salvaguardia puede generar para los productores y depositarios de los bienes culturales inmateriales.



Cuia de Santarém, PA (Francisco Costa, acervo CNFCP); Círio de Nazaré, brinquedos de miriti (Luiz Braga); Panelas de Goiabeiras (Márcio Vianna).

A GESTÃO DO PROCESSO

Instrumentos da política pública de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial

"O patrimônio imaterial não requer 'proteção' e 'conservação' – no mesmo sentido das noções fundadoras da prática de preservação de bens culturais móveis e imóveis –, mas identificação, reconhecimento, registro etnográfico, acompanhamento periódico, divulgação e apoio. Enfim, mais documentação e acompanhamento e menos intervenção". [16]

Com base nesse entendimento, vêm sendo desenvolvidas as ações de salvaguarda de bens culturais imateriais no Brasil. Trabalho que conta com os seguintes instrumentos:

LEGAIS

O processo de reconhecimento de bens culturais imateriais é regido pelo Decreto nº 3.551/00[17], que, como já mencionado, institui o Registro. Este instrumento legal, resguardadas as suas especificidades e alcance, equivale ao tombamento. Em síntese: tombam-se objetos, edificações e sítios físicos; registram-se saberes e celebrações, rituais, formas de expressão e os espaços onde essas práticas se desenvolvem.

16 - Em Relatório Final das Atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial IN: MNC/Iphan/Funarte, Op. cit, p. 19.

17 - "Fica instituído o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro." , art. 1° do Decreto nº 3.551 de 4 de agosto de 2000.

LA GESTIÓN DEL PROCESO

Instrumentos de la política pública de salvaguardia del patrimonio cultural inmaterial

"El patrimonio inmaterial no requiere 'protección' y 'conservación' – en el mismo sentido de las nociones fundadoras de la práctica de preservación de bienes culturales muebles e inmuebles –, sino identificación, reconocimiento, registro etnográfico, seguimiento periódico, divulgación y apoyo. En fin, más documentación y seguimiento y menos intervención". [16]

Con base en este entendimiento, vienen siendo desarrolladas las acciones de salvaguardia de bienes culturales inmateriales en Brasil. Trabajo que cuenta con los siguientes instrumentos:

LEGALES

El proceso de reconocimiento de bienes culturales inmateriales es regido por el Decreto nº 3.551/00[17], que como ya fue mencionado, instituye el Registro. Este instrumento legal, resguardadas sus especificidades y alcance, equivale a la declaración de patrimonio. En síntesis: se declaran como patrimonio objetos, edificaciones y sitios físicos; se registran saberes y celebraciones, rituales, formas de expresión y los espacios donde estas prácticas se desarrollan.

16 - En Informe Final de las Actividades de la Comisión y del Grupo de Trabajo Patrimonio Inmaterial IN: MNC/Iphan/Funarte, Op. cit, p. 19.

17 - "Queda instituido el registro de bienes culturales de naturaleza inmaterial que constituyen patrimonio cultural brasileño." , art. 1° del Decreto nº 3.551 del 4 de agosto de 2000.

O Registro, como forma de reconhecimento das expressões de natureza imaterial que devem ser parte integrante do patrimônio cultural brasileiro, busca a valorização desses bens. E mais: estabelece o compromisso do Estado em documentar, produzir conhecimento, e apoiar a continuidade dessas práticas sócio-culturais.

O Registro corresponde então à identificação e à produção de conhecimento sobre o bem cultural. O que significa documentar, pelos meios técnicos mais adequados, o passado e o presente da manifestação e suas diferentes versões, tornando essas informações amplamente acessíveis ao público – mediante a utilização dos recursos proporcionados pelas novas tecnologias de informação.

O decreto presidencial que institui o Registro dos bens culturais imateriais também sugere os diferentes domínios que compõem essa dimensão do patrimônio, por meio da criação dos Livros de Registro, voltados para os saberes, as celebrações, as formas de expressão e os lugares.

A instrução dos processos de Registro é sempre supervisionada pelo Iphan. Consta de descrição pormenorizada do bem a ser registrado, acompanhada da documentação correspondente, e deve mencionar todos os elementos que lhe sejam culturalmente relevantes. Poderá ser feita por outros órgãos do Ministério da Cultura, pelas unidades regionais do Iphan ou por entidade pública ou privada que detenha conhecimentos específicos sobre a matéria.

"As propostas de registro devem ser sempre coletivas e, normalmente, partir da sociedade. Uma vez recebidas pelo Iphan, são avaliadas em caráter preliminar e, se julgadas procedentes, são encaminhadas para instrução."[18].

Realizada a instrução do processo, o Iphan emite parecer que é publicado no Diário Oficial da União, para eventuais manifestações da sociedade sobre o Registro. Após trinta dias, o processo é encaminhado ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural para deliberação.

É importante ressaltar ainda que o Decreto presidencial que institui o Registro determina: esse processo deve ser renovado a cada dez anos, no máximo.

"O Registro é sempre do retrato de um momento, que deve ser refeito periodicamente, a fim de que

18 - Iphan. Informe sobre o estado da proteção do Patrimônio Cultural Imaterial. Brasília. 2005.

El Registro, como forma de reconocimiento de las expresiones de naturaleza inmaterial que deben ser parte integrante del patrimonio cultural brasileño, busca la valorización de dichos bienes. Además, establece el compromiso del Estado en documentar, producir conocimiento, y apoyar la continuidad de estas prácticas socio-culturales.

El Registro corresponde entonces a la identificación y producción de conocimiento sobre el bien cultural. Lo que significa documentar, por los medios técnicos más adecuados, el pasado y el presente de la manifestación y sus diferentes versiones, haciendo que estas informaciones sean ampliamente asequibles al público – mediante la utilización de los recursos proporcionados por las nuevas tecnologías de información.

El decreto presidencial que instituye el Registro de los bienes culturales inmateriales también sugiere los diferentes dominios que componen esta dimensión del patrimonio, por medio de la creación de los Libros de Registro, dirigidos a los saberes, celebraciones, formas de expresión y lugares.

La instrucción de los procesos de Registro es siempre supervisada por el Iphan. Consta de una descripción pormenorizada del bien a ser registrado, acompañada de la documentación correspondiente, y debe mencionar todos los elementos que sean culturalmente relevantes. Podrá ser realizada por otros órganos del Ministerio de Cultura, por las unidades regionales del Iphan o por entidad pública o privada que posea conocimientos específicos sobre la materia.

"Las propuestas de registro deben ser siempre colectivas y normalmente, partir de la sociedad. Una vez recibidas por el Iphan, son evaluadas en carácter preliminar y, si son juzgadas procedentes, son remitidas para la instrucción."[18].

Realizada la instrucción del proceso, el Iphan emite su parecer que es publicado en el Diario Oficial de la Unión, para eventuales manifestaciones de la sociedad sobre el Registro. Después de treinta días, el proceso es remitido al Consejo Consultivo del Patrimonio Cultural para su deliberación.

Además, es importante resaltar que el Decreto presidencial que instituye el Registro determina: el proceso debe ser renovado cada diez años, como máximo.

"El Registro es siempre del retrato de un momento, que debe ser rehecho periódicamente, a fin de que

18 - Iphan. Informe sobre el estado da protección del Patrimonio Cultural Inmaterial. Brasilia. 2005.

possa se acompanhar as adaptações e as transformações que o processo cultural opera nessas manifestações. Este reexame também é importante para o monitoramento e a avaliação dos impactos gerados pela declaração desses bens como patrimônio cultural do país"[19].

Esse instrumento legal adotado pelo Governo Federal tem inspirado governos estaduais de várias regiões do país a adotar instrumentos semelhantes ou complementares. Bahia, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Pernambuco e Distrito Federal já promulgaram leis inspiradas no Decreto nº 3.551/00 ou no Sistema dos Tesouros Vivos da Unesco[20].

Técnicos

Paralelamente aos estudos que culminaram na promulgação do Decreto nº 3.551/00, o Iphan investiu na elaboração de uma metodologia apropriada à identificação e à produção de conhecimento sobre bens culturais de natureza imaterial, de modo a subsidiar a formulação de políticas públicas nesse campo[21].

Além disso, tal metodologia possibilita: 1) auxílio, quando for o caso, à instrução dos processos de registro: 2) promoção do patrimônio cultural imaterial junto à sociedade; 3) orientação para ações de apoio e fomento a bens culturais em situação de risco ou de atendimento a demandas advindas do processo de inventário; 4) tratamento e acesso público às informações produzidas sobre esse universo.

O INRC é um procedimento de investigação que se desenvolve em níveis de complexidade crescente e prevê três etapas, correspondentes a esses níveis sucessivos de aproximação e aprofundamento, quais sejam:

Levantamento preliminar: reunião e sistematização das informações disponíveis sobre o universo a inventariar, produzindo-se, ao final da etapa, um mapeamento cultural que pode ter caráter territorial, geopolítico ou temático.

Identificação: descrição sistemática e tipificação das referências culturais relevantes; mapeamento das relações entre essas referências e outros bens e

19 - Id., Ibid.

20 - Até 2005, nove estados da federação já haviam estabelecido sua legislação específica voltada para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. São eles: Espírito Santo, Minas Gerais, Pernambuco, Ceará, Distrito Federal, Bahia, Alagoas, Santa Catarina e Paraíba.

21- O INRC instrumentaliza o que estabelece o art. 8° do Decreto n° 3.551, de 04 de agosto de 2000, o qual dispõe que:" Fica instituído, no âmbito do Ministério da Cultura, o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, visando à implementação de política específica de inventário, referenciamento e valorização desse patrimônio."

pueda acompañar las adaptaciones y las transformaciones que el proceso cultural opera en sus manifestaciones. Este examen también es importante para el monitoreo y evaluación de los impactos generados por la declaración de esos bienes como patrimonio cultural del país"[19].

Este instrumento legal adoptado por el gobierno federal ha inspirado a gobiernos estatales de varias regiones del país para adoptar instrumentos semejantes o complementarios. Bahía, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Pernambuco y el Distrito Federal ya promulgaron leyes inspiradas en el Decreto nº 3.551/00 o en el Sistema de los Tesoros Vivos de la Unesco[20].

Técnicos

Paralelamente a los estudios que culminaron en la promulgación del Decreto nº 3.551/00, el Iphan invirtió en la elaboración de una metodología apropiada para la identificación y producción de conocimiento sobre bienes culturales de naturaleza inmaterial, para subsidiar la formulación de políticas públicas en este campo[21].

Además, dicha metodología posibilita: 1) auxilio, cuando fuere el caso, para la instrucción de los procesos de registro: 2) promoción del patrimonio cultural inmaterial en la sociedad; 3) orientación para acciones de apoyo y fomento a bienes culturales en situación de riesgo o de atención a demandas surgidas del proceso de inventario; 4) tratamiento y acceso público a las informaciones producidas sobre ese universo.

El INRC es un procedimiento de investigación que se desarrolla en niveles de complejidad creciente y prevé tres etapas, correspondientes a estos niveles sucesivos de aproximación y profundización, los cuales son:

Levantamiento preliminar: reunión y sistematización de las informaciones disponibles sobre el universo a inventariar, produciéndose al final de la etapa un mapeo cultural que puede tener carácter territorial, geopolítico o temático.

Identificación: descripción sistemática y tipificación de las referencias culturales relevantes; mapeo de las relaciones entre estas referencias y otros bie-

19 - Id., Ibid.

20 - Hasta 2005, nueve estados de la Federación ya habían establecido su legislación específica para la salvaguardia del patrimonio cultural inmaterial. Son ellos: Espírito Santo, Minas Gerais, Pernambuco, Ceará, Distrito Federal, Bahia, Alagoas, Santa Catarina y Paraíba.

21- El INRC instrumentaliza lo que establece el art. 8° del Decreto n° 3.551, del 04 de agosto de 2000, el cual dispone que: "Queda instituido, en el ámbito del Ministerio de Cultura, el Programa Nacional de Patrimonio Inmaterial, para implementar la política específica de inventario, referencia y valorización de este patrimonio."

práticas; e indicação dos aspectos básicos dos seus processos de formação, produção, reprodução e transmissão.

Documentação: desenvolvimento de estudos técnicos e autorais, de natureza eminentemente etnográfica, e produção de documentação audiovisual ou outra adequada à compreensão dos bens identificados, realizadas por especialistas, segundo as normas de cada gênero e linguagem; inclui, ainda, a fundamentação do trabalho de inserção dos dados, obtidos nas etapas anteriores, no banco de dados do INRC.

O INRC busca descrever cada bem cultural imaterial, cuidadosamente, de modo a permitir uma adequada compreensão dos processos de criação, recriação e transmissão que o envolvem, assim como dos problemas que o afetam. Trata-se de tarefa primordial para o conhecimento desse universo de bens culturais e para a fundamentação das demais ações de salvaguarda. Mediante a celebração de Termos de Cooperação Técnica, o Iphan disponibiliza essa metodologia para instituições públicas e privadas, realiza o treinamento das equipes técnicas mobilizadas por essas instituições, acompanha e orienta o desenvolvimento do trabalho de inventário.

Cabe ressaltar que, para efeito de Registro do patrimônio cultural imaterial, outros métodos ou procedimentos de identificação podem ser aplicados, desde que atendam às necessidades de entendimento e compreensão do bem que se pretende reconhecer e valorizar.

Apoio e fomento

Podem ser destacados como instrumentos que, de modo incisivo, vêm apoiando e fomentando ações de salvaguarda a partir da iniciativa do governo federal, o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania (Cultura Viva).

O objetivo do PNPI é[22]:

"Identificar, iluminar, contemplar e, posteriormente, compartilhar com os brasileiros e demais povos do mundo a rica pluralidade cultural e social que caracteriza a nação brasileira, faz parte da nossa consolidação democrática e da missão planetária que nos chama."

22 - Palavras do Ministro da Cultura, Gilberto Gil, no texto Cartografia Cultural, no livreto Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Iphan, Brasília, 2005.

nes y prácticas; e indicación de los aspectos básicos de sus procesos de formación, producción, reproducción y transmisión.

Documentación: desarrollo de estudios técnicos y autorales, de naturaleza eminentemente etnográfica, y producción de documentación audiovisual u otra adecuada para la comprensión de los bienes identificados, realizados por especialistas, según las normas de cada género y lenguaje; incluye también el fundamento del trabajo de inserción de los datos, obtenidos en las etapas anteriores, en el banco de datos del INRC.

El INRC busca describir cada bien cultural inmaterial, cuidadosamente, para permitir una adecuada comprensión de los procesos de creación, recreación y transmisión que lo circunscriben, así como de los problemas que lo afectan. Se trata de una tarea primordial para el conocimiento de este universo de bienes culturales y para fundamentar las demás acciones de salvaguardia. Mediante la celebración de Términos de Cooperación Técnica, el Iphan hace disponible esta metodología para instituciones públicas y privadas, realiza el entrenamiento de los equipos técnicos movilizados por dichas instituciones, acompaña y orienta el desarrollo del trabajo de inventario.

Cabe resaltar que, para efecto de Registro del patrimonio cultural inmaterial, otros métodos o procedimientos de identificación pueden ser aplicados, siempre y cuando atiendan las necesidades de entendimiento y comprensión del bien que se pretende reconocer y valorizar.

Apoyo y fomento

Pueden ser destacados como instrumentos que, de modo incisivo, vienen apoyando y fomentando acciones de salvaguardia a partir de la iniciativa del gobierno federal, el Programa Nacional del Patrimonio Inmaterial (PNPI), el Programa Nacional de Apoyo para la Cultura (Pronac) y el Programa Nacional de Cultura, Educación y Cidadania (Cultura Viva).

El objetivo del PNPI es[22]:

"Identificar, iluminar, contemplar y, posteriormente, compartir con los brasileños y demás pueblos del mundo la rica pluralidad cultural y social que caracteriza a la nación brasileña, hace parte de nuestra consolidación democrática y de la misión planetaria que nos llama."

22 - Palabras del ministro de Cultura Gilberto Gil, en el texto Cartografía Cultural, en el libreto Programa Nacional del Patrimonio Inmaterial. Iphan, Brasilia, 2005.

Em outras palavras, são as seguintes as metas do PNPI:

Implementar política de inventário, registro e salvaguarda de bens culturais de natureza imaterial.

Contribuir para a preservação da diversidade étnica e cultural do país e para a disseminação de informações sobre o patrimônio cultural brasileiro a todos os segmentos da sociedade.

Captar recursos e promover a constituição de uma rede de parceiros com vistas à preservação, valorização e ampliação dos bens que compõem o patrimônio cultural brasileiro.

Incentivar e apoiar iniciativas e práticas de preservação desenvolvidas pela sociedade.

As ações que contribuem para a melhoria das condições sócio-ambientais de produção, reprodução e transmissão de bens culturais imateriais são organizadas em iniciativas chamadas Planos de Salvaguarda. Estes, constituem, ao lado do Inventário Nacional de Referências Culturais e do Registro, os instrumentos básicos de implementação da política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial brasileiro.

A elaboração dos Planos de Salvaguarda tem como premissa o conhecimento produzido sobre o bem cultural imaterial durante os processos de inventário e Registro. Geralmente envolvem ações como:

1) apoio à transmissão do conhecimento às gerações mais novas;

2) promoção e divulgação do bem cultural;

3) valorização de mestres e executantes;

4) melhoria das condições de acesso a matérias-primas e mercados consumidores;

5) organização de atividades comunitárias.

Importante lembrar: esses planos devem valorizar os modos de expressão e organização próprios das comunidades envolvidas. Afinal de contas é essa valorização que garante a sustentação dos mecanismos e instrumentos locais de transmissão e a continuidade dessas manifestações culturais.

Em 2005, foi lançado o 1º Edital do PNPI, que fomentou projetos de mapeamento de referências culturais e de apoio às condições de existência de bens culturais imateriais nas Regiões Norte,

En otras palabras, las metas del PNPI son las siguientes:

Implementar política de inventario, registro y salvaguardia de bienes culturales de naturaleza inmaterial.

Contribuir para la preservación de la diversidad étnica y cultural del país y para la diseminación de informaciones sobre el patrimonio cultural brasileño para todos los segmentos de la sociedad.

Captar recursos y promover la constitución de una red de socios con vistas a la preservación, valorización y ampliación de los bienes que componen el patrimonio cultural brasileño.

Incentivar y apoyar iniciativas y prácticas de preservación desarrolladas por la sociedad.

Las acciones que contribuyen para el mejoramiento de las condiciones socio-ambientales de producción, reproducción y transmisión de bienes culturales inmateriales son organizadas en iniciativas llamadas Planes de Salvaguardia. Junto al Inventario Nacional de Referencias Culturales y del Registro, los referidos Planes de Salvaguardia son los instrumentos básicos de implementación de la política de salvaguardia del patrimonio cultural inmaterial brasileño.

La elaboración de los Planes de Salvaguardia tiene como premisa el conocimiento producido sobre el bien cultural inmaterial durante los procesos de inventario y Registro. Generalmente implican acciones como:

1) apoyo a la transmisión del conocimiento para las generaciones más jóvenes;

2) promoción y divulgación del bien cultural;

3) valorización de maestros y ejecutantes;

4) mejoramiento de las condiciones de acceso a materias primas y mercados consumidores;

5) organización de actividades comunitarias.

Es importante recordar que estos planes deben valorizar las formas de expresión y organización propias de las comunidades involucradas. Al final de cuentas es esa valorización que garantiza el sostenimiento de los mecanismos e instrumentos locales de transmisión y la continuidad de estas manifestaciones culturales.

En 2005 fue lanzado el 1º Edicto del PNPI, que fomentó proyectos de mapeo de referencias culturales y de apoyo a las condiciones de existencia de bienes culturales inmateriales en las Regiones

Nordeste e Centro Oeste, e permitiu a viabilização de doze projetos encaminhados por instituições públicas e organizações não-governamentais.

O Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac)[23], também apóia ações de salvaguarda. Em seu escopo geral, tem, ainda, os seguintes objetivos:

1) captar e canalizar recursos para facilitar e democratizar o acesso às fontes de cultura;

2) estimular a regionalização da produção cultural;

3) preservar bens culturais materiais e imateriais.

É necessário destacar que o Pronac atua por meio dos seguintes instrumentos de fomento: o Mecenato, mediante o qual as empresas privadas investem em projetos culturais e abatem esse investimento do imposto de renda; e o Fundo Nacional da Cultura (FNC), para financiamento de projetos culturais de governos estaduais e municipais e de instituições públicas.

Nesse segundo caso, o FNC também atua com o objetivo de contemplar ações cujos proponentes não encontram financiamento no mercado da cultura. Por meio do Pronac, empresas estatais têm fomentado diversos projetos de documentação e de apoio à continuidade de bens culturais imateriais.

O Programa Cultura Viva, da Secretaria de Programa e Projetos Culturais do Ministério da Cultura, por fim, tem como principal objetivo ampliar e garantir o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural. Atua, principalmente, por meio de uma rede de Pontos de Cultura, os quais, como observa o Ministro da Cultura Gilberto Gil:[24]

"são intervenções agudas nas profundezas do Brasil urbano e rural, para despertar, estimular e projetar o que há de singular e mais positivo nas comunidades, nas periferias, nos quilombos, nas aldeias: a cultura local."

Por meio dessa rede e de outras ações como a dos Griôs – Mestres de Saberes, projetos que incentivam a transmissão de saberes tradicionais, e apóiam as condições materiais de existência de bens culturais imateriais são fomentados.

23 - Instituído pela Lei Rouanet. Cf. BRASIL. Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991. Brasília, 1991.

24 - Gil, Gilberto. Que acontece quando se liberta um pássaro? IN: MinC. Cultura Viva: Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania. Brasília, 2004. p.08

Norte, Nordeste y Centro Oeste, y permitió la viabilidad de doce proyectos remitidos por instituciones públicas y organizaciones no gubernamentales.

El Programa Nacional de Apoyo para la Cultura (Pronac)[23], también apoya acciones de salvaguardia. Además, en su propósito general tiene los siguientes objetivos:

1) captar y canalizar recursos para facilitar y democratizar el acceso a las fuentes de cultura;

2) estimular la regionalización de la producción cultural;

3) preservar bienes culturales materiales e inmateriales.

Es necesario destacar que el Pronac actúa por medio de los siguientes instrumentos de fomento: el Mecenazgo, mediante el cual las empresas privadas invierten en proyectos culturales y deducen esa inversión del impuesto de renta; y el Fondo Nacional de Cultura (FNC), para financiación de proyectos culturales de gobiernos estatales y municipales y de instituciones públicas.

En este segundo caso, el FNC también actúa con el objetivo de contemplar acciones cuyos proponentes no encontraron financiación en el mercado de la cultura. Por medio del Pronac, empresas estatales han fomentado diversos proyectos de documentación y de apoyo para la continuidad de bienes culturales inmateriales.

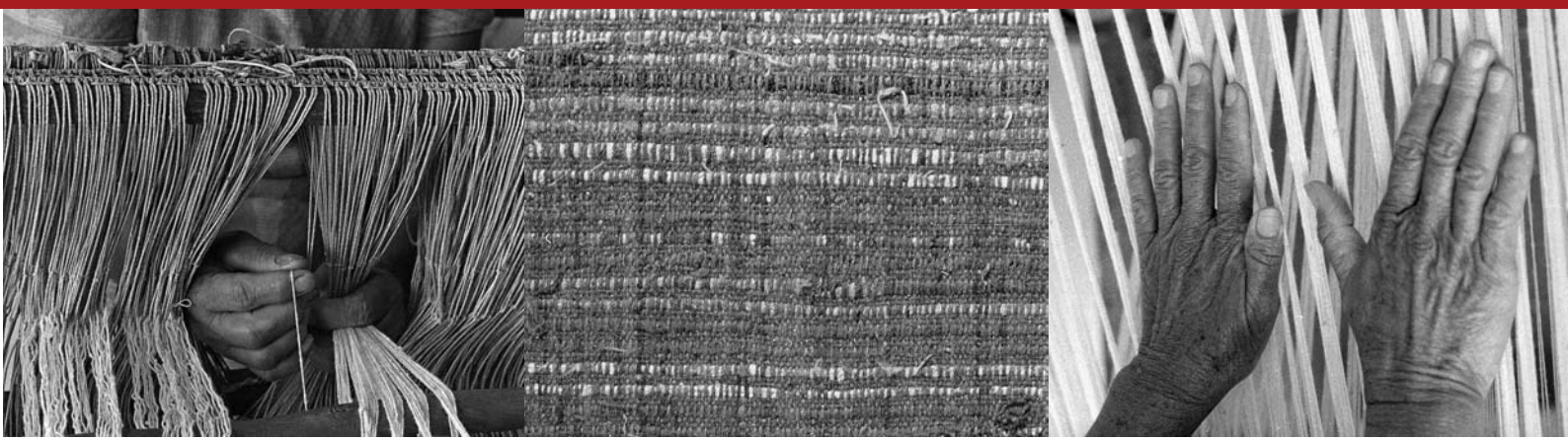
El Programa Cultura Viva, de la Secretaría de Programas y Proyectos Culturales del Ministerio de Cultura, tiene como principal objetivo ampliar y garantizar el acceso a los medios de fruición, producción y difusión cultural. Actúa principalmente por medio de una red de **Puntos de Cultura**, los cuales, como observa el Ministro de Cultura Gilberto Gil:[24]

"son intervenciones agudas en las profundidades del Brasil urbano y rural, para despertar, estimular y proyectar lo que existe de singular y más positivo en las comunidades, periferias, quilombos, aldeas: la cultura local"

Por medio de esta red y de otras acciones como la de *Griôs – Mestres de Saberes*, proyectos que incentivan la transmisión de saberes tradicionales y apoyan las condiciones materiales de existencia de bienes culturales inmateriales son fomentados.

23 - Instituido por la Ley Rouanet. Cf. BRASIL. Ley nº 8.313, del 23 de diciembre de 1991. Brasilia, 1991.

24 - Gil, Gilberto. ¿Qué sucede cuando se liberta un pájaro? IN: MinC. Cultura Viva: Programa Nacional de Cultura, Educación y Ciudadanía. Brasilia, 2004. p.08



Tecelagem no Triângulo Mineiro (Arquivo Aloísio Magalhães/CNRC/Iphan).

As estruturas institucionais

A organização institucional do trabalho de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil

Em 2005 foi criada a Câmara do Patrimônio Imaterial junto ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Deu-se então passo fundamental para o compartilhamento da política de reconhecimento desses bens culturais com a instância que representa a sociedade junto ao Iphan.

A Câmara do Patrimônio Imaterial é composta por quatro conselheiros, cujas áreas de conhecimento e atuação se relacionam ao tema, assistidos por dois representantes do Iphan. Entre as suas atribuições estão: a) colaborar no exame preliminar da pertinência dos pedidos de Registro; b) indicar instituições capacitadas a realizar a instrução técnica dos processos; c) formular critérios para a avaliação decenal dos bens registrados; e d) manifestar-se sobre a abertura de novos livros de Registro.

Já o Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI) do Iphan foi criado para tratar especificamente das ações de salvaguarda dessa dimensão do patrimônio cultural. Coordena, em nível federal, as ações de identificação, registro, apoio e fomento. Estrutura-se em três gerências, assim denominadas:

Gerência de Identificação: responsável pela elaboração, orientação e acompanhamento de projetos de inventário realizados com base na metodologia estabelecida pelo Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). Nas diferentes regiões do país, esse trabalho é executado pelas Superintendências Regionais e Sub-Regionais, pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), e por outras instituições parceiras.

Las estructuras institucionales

La organización institucional del trabajo de salvaguardia del patrimonio cultural inmaterial en Brasil

En 2005 fue creada la Cámara del Patrimonio Inmaterial en el Consejo Consultivo del Patrimonio Cultural, dándose un paso fundamental para compartir la política de reconocimiento de los bienes culturales con la instancia que representa la sociedad en el Iphan.

La Cámara del Patrimonio Inmaterial está compuesta por cuatro consejeros, cuyas áreas de conocimiento y actuación se relacionan con el tema, asistidos por dos representantes del Iphan. Entre sus atribuciones están: a) colaborar en el examen preliminar sobre la pertinencia de los pedidos de Registro; b) indicar instituciones capacitadas para realizar la instrucción técnica de los procesos; c) formular criterios para la evaluación decenal de los bienes registrados; y d) manifestarse sobre la apertura de nuevos Libros de Registro.

Por otro lado el Departamento del Patrimonio Inmaterial (DPI) del Iphan fue creado para tratar específicamente de las acciones de salvaguardia de esta dimensión del patrimonio cultural. Coordina, a nivel federal, las acciones de identificación, registro, apoyo y fomento. Se estructura en tres gerencias, denominadas:

Gerencia de Identificación: responsable por la elaboración, orientación y seguimiento de proyectos de inventario realizados con base en la metodología establecida por el Inventario Nacional de Referencias Culturales (INRC). En las diferentes regiones del país, este trabajo es ejecutado por las Superintendencias Regionales y Subregionales, por el Centro Nacional de Folclor y Cultura Popular (CNFCP), y por otras instituciones copartícipes.

Tem também a atribuição de realizar o treinamento das equipes técnicas executoras de projetos de inventário ou mapeamento, sejam estas iniciativas do Iphan ou de outras instituições com as quais o Instituto estabelece parcerias. Nesse treinamento, a gerência conta ainda com o apoio do CNFCP.

Gerência de Registro: cuida da tramitação administrativa e da construção de entendimentos relativos aos processos de Registro. Além disso, centraliza todo o sistema de recebimento e avaliação preliminar de propostas relacionadas a bens culturais imateriais encaminhadas ao Iphan, por associações civis, pelo Ministério da Cultura e instituições vinculadas, por secretarias estaduais ou municipais e pelas próprias unidades descentralizadas da instituição.

Incumbe-se também do acompanhamento de processos abertos em decorrência dessas propostas, orientando e supervisionando instruções técnicas. Avalia ou formula diretamente os pareceres técnicos sobre a pertinência do Registro requerido e sobre a qualidade da instrução técnica realizada, os quais subsidiam a decisão final que compete ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

A Gerência de Registro tem ainda as seguintes atribuições:

1) executar e avaliar ações e projetos relacionados ao Registro de bens culturais;

2) sistematizar o conhecimento sobre os bens culturais já registrados em bancos de dados, o que permitirá sua divulgação ao grande público;

3) propor e acompanhar, em conjunto com a Coordenação-Geral de Promoção do Iphan, a produção e a distribuição de publicações e audiovisuais sobre os bens culturais registrados.

Gerência de Apoio e Fomento: tem por missão desenvolver, implantar e acompanhar ações que contribuam para a melhoria das condições sociais e materiais, necessárias à produção, à reprodução e à transmissão dos bens culturais de natureza imaterial. Mais: deve fomentar na sociedade a necessidade de preservar e valorizar esse tipo de patrimônio e captar recursos e parcerias para o desenvolvimento dessa tarefa.

Todos os Estados brasileiros possuem institutos, fundações ou conselhos de preservação, normalmente vinculados às Secretarias de Estado da Cultura. No nível municipal, a implantação

Tiene también la atribución de realizar el entrenamiento de los equipos técnicos ejecutores de proyectos de inventario o mapeo, sean iniciativas del Iphan o de otras instituciones con las cuales el Instituto coopera. Además, en este entrenamiento, la gerencia cuenta con el apoyo del CNFCP.

Gerencia de Registro: cuida de la tramitación administrativa y de la construcción de entendimientos referentes a los procesos de Registro. Además, centraliza todo el sistema de recibimiento y evaluación preliminar de propuestas relacionadas a bienes culturales inmateriales remitidas al Iphan, por asociaciones civiles, por el Ministerio de Cultura e instituciones vinculadas, por secretarías estatales o municipales y por las propias unidades descentralizadas de la institución.

Le incumbe también el seguimiento de procesos abiertos decurrentes de las propuestas, orientando y supervisando instrucciones técnicas. Evalúa o formula directamente los pareceres técnicos sobre la pertinencia del Registro requerido y sobre la calidad de la instrucción técnica realizada, los cuales subsidian la decisión final que compete al Consejo Consultivo del Patrimonio Cultural.

La Gerencia de Registro también tiene las siguientes atribuciones:

1) ejecutar y evaluar acciones y proyectos relacionados al Registro de bienes culturales;

2) sistematizar el conocimiento sobre los bienes culturales ya registrados en bancos de datos, lo que permitirá su divulgación al gran público;

3) proponer y acompañar, en conjunto con la Coordinación-General de Promoción del Iphan, la producción y distribución de publicaciones y audiovisuales sobre los bienes culturales registrados.

Gerencia de Apoyo y Fomento: tiene por misión desarrollar, implantar y acompañar acciones que contribuyan para el mejoramiento de las condiciones sociales y materiales, necesarias para la producción, reproducción y transmisión de los bienes culturales de naturaleza inmaterial. Además, debe fomentar en la sociedad la necesidad de preservar y valorizar este tipo de patrimonio y captar recursos y partícipes para el desarrollo de la tarea.

Todos los Estados brasileños poseen institutos, fundaciones o consejos de preservación, normalmente vinculados a las Secretarías de Estado de Cultura. En el ámbito municipal, la implantación

dessas estruturas tem sido crescente desde a década de 1980. Atualmente, organismos de preservação funcionam em todas as capitais e em muitas cidades médias do país.

Contudo, até o momento, apenas nove Estados já organizaram estruturas e legislação para a salvaguarda de bens culturais imateriais. Uma das metas do Iphan é contribuir para o crescimento desse número, a fim de que todas as unidades da federação estejam aparelhadas para colaborar nessa missão.

de dichas estructuras ha sido creciente desde la década de 1980. Actualmente, organismos de preservación funcionan en todas las capitales y en muchas ciudades de mediano porte.

Sin embargo, hasta el momento, apenas nueve Estados han organizado estructuras y legislación para la salvaguardia de bienes culturales inmateriales. Una de las metas del Iphan es contribuir para el crecimiento de este número, a fin de que todas las unidades de la federación se encuentren dotadas para colaborar en esa misión.



Cestaria indígena (Arquivo Aloísio Magalhães/CNRC/Iphan).

As ações de salvaguarda

As iniciativas de identificação, registro e fomento da dimensão imaterial do patrimônio cultural

"O conhecimento gerado durante os processos de inventário e Registro é o que permite identificar de modo bastante preciso as formas mais adequadas de salvaguarda. Essas formas podem ir desde a ajuda financeira a detentores de saberes específicos com vistas à sua transmissão, até, por exemplo, a organização comunitária ou a facilitação de acesso a matérias primas." [25]

Ações de Identificação

Uma vez que o conhecimento do universo de bens culturais imateriais é essencial para o processo de salvaguarda, o Iphan fomentou, a partir de 2004, a execução de projetos de inventários de referências culturais em todos os Estados do país. Nesses projetos prioriza-se a identificação de referências culturais em comunidades indígenas e afro-descendentes; em sítios urbanos tombados pelo Iphan; em contextos urbanos que abrigam situações de multiculturalismo; e em comunidades impactadas por projetos de infra-estrutura ou deslocadas devido a ações de preservação ambiental.

25 - Iphan. Programa Nacional...op. cit..

Las acciones de salvaguardia

Las iniciativas de identificación, registro y fomento de la dimensión inmaterial del patrimonio cultural

"El conocimiento generado durante los procesos de inventario y Registro es lo que permite identificar de modo bastante preciso las formas más adecuadas de salvaguardia. Estas formas pueden ir desde la ayuda financiera a depositarios de saberes específicos con el objetivo de su transmisión, hasta, por ejemplo, la organización comunitaria o la facilitación de acceso a materias primas." [25]

Acciones de Identificación

Una vez que el conocimiento del universo de bienes culturales inmateriales es esencial para el proceso de salvaguardia, el Iphan fomentó, a partir de 2004, la ejecución de proyectos de inventarios de referencias culturales en todos los Estados brasileños. En estos proyectos se prioriza la identificación de referencias culturales en comunidades indígenas y afrodescendientes; en sitios urbanos declarados patrimonio por el Iphan; en contextos urbanos que abrigan situaciones de multiculturalismo; y en comunidades impactadas por proyectos de infraestructura o desplazadas debido a acciones de preservación ambiental.

25 - Iphan. Programa Nacional...op. cit..

Essas ações têm apontado para um resultado bastante positivo, tanto em termos de qualidade do trabalho realizado, quanto no sentido de cumprir as metas estabelecidas: ampliação do conhecimento dessas referências em todo o território nacional e desenvolvimento institucional nesse campo de atuação.

Pode-se mencionar, entre tantos outros, os inventários da população indígena originária do Alto Rio Negro (Amazonas), das comunidades guaranis em São Miguel das Missões (Rio Grande do Sul), da população afro-descendente na região de Cachoeira (Bahia), das comunidades quilombolas (Santa Catarina), dos segmentos sociais e seus processos migratórios no bairro do Bom Retiro, na região central de São Paulo (São Paulo), dos moradores da região atingida pela construção da Usina de Irapé (Minas Gerais), da população *re-alocada* residente na área do Parque Nacional Grande Sertão Veredas (também em Minas), e da população das cidades tombadas de São Luís (Maranhão) e Lapa (Paraná).

Ações de Registro

Tem sido dada prioridade aos seguintes tipos de ação de Registro: as que remetem a aspectos da cultura brasileira anteriormente não contemplados pela ação institucional; que façam referência à memória e à identidade dos grupos formadores da sociedade brasileira, especialmente àqueles postos à margem das políticas públicas, como negros e indígenas; que digam respeito a bens culturais em situação de fragilidade ou risco de desaparecimento; e as que tratem de demandas de reconhecimento encaminhadas por grupos organizados ou pela sociedade.

A diversidade de demandas de Registro encaminhadas por unidades do Iphan ou propostas pela sociedade tem possibilitado abordar conceitualmente o reconhecimento e a valorização de bens culturais imateriais em suas diversas categorias. Tem também propiciado o aperfeiçoamento dos procedimentos técnicos para o Registro, o que fortalece os fundamentos da política em curso.

A arte gráfica dos índios Wajãpi, do Amapá, e o samba de roda no recôncavo baiano, bens registrados pelo Iphan, foram proclamados pela Unesco Obras-primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade[26].

26 - A Arte gráfica dos índios Wajãpi foi proclamada em 2003 e o Samba de Roda no Recôncavo Baiano, em 2005.

Estas acciones han apuntado a un resultado bastante positivo, tanto en términos de calidad del trabajo realizado, cuanto en el sentido de cumplir las metas establecidas: ampliación del conocimiento de las referencias en todo el territorio nacional y desarrollo institucional en este campo de actuación.

Puede mencionarse, entre muchos otros, los inventarios de la población indígena originaria del Alto Río Negro (Amazonas), de las comunidades guaraní en São Miguel das Missões (Río Grande do Sul), de la población afrodescendiente en la región de Cachoeira (Bahía), de las comunidades *quilombolas* (Santa Catarina), de los segmentos sociales y sus procesos migratorios en el barrio de Bom Retiro, en la región central de la ciudad de Sao Paulo (Sao Paulo), de los moradores de la región afectada por la construcción de la hidroeléctrica de Irapé (Minas Gerais), de la población reubicada residente en el área del Parque Nacional Grande Sertão Veredas (también en Minas Gerais), y de la población de las ciudades declaradas patrimonio São Luís (Maranhão) y Lapa (Paraná).

Acciones de Registro

Se ha dado prioridad a los siguientes tipos de acción de Registro: las acciones que se refieren a aspectos de la cultura brasileña anteriormente no contemplados por la acción institucional; que hagan referencia a la memoria e identidad de los grupos formadores de la sociedad brasileña, especialmente aquellos situados al margen de las políticas públicas, como negros e indígenas; respecto a bienes culturales en situación de fragilidad o riesgo de desaparecer; y las acciones que traten de demandas de reconocimiento encaminadas por grupos organizados o por la sociedad.

La diversidad de demandas de Registro encaminadas por unidades del Iphan o propuestas por la sociedad ha hecho posible abordar conceptualmente el reconocimiento y la valorización de bienes culturales inmateriales en sus diversas categorías. También ha propiciado el perfeccionamiento de los procedimientos técnicos para el Registro, lo que fortalece los fundamentos de la política en curso.

El arte gráfico de los indios Wajãpi, del Amapá, y el *Samba de Roda no Recôncavo Baiano*, bienes registrados por el Iphan, fueron proclamados por la Unesco Obras Primas del Patrimonio Oral e Inmaterial de la Humanidad[26].

26 - El Arte gráfica de los indios Wajãpi fue proclamada en 2003 y el Samba de Roda no Recôncavo Baiano, en 2005.

Já foram também registrados o Círio de Nossa Senhora de Nazaré em Belém (Pará), os Ofícios das Paneleiras de Goiabeiras (Espírito Santo) e das Baianas de Acarajé de Salvador (Bahia), o modo de fazer Viola de Cocho (Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) e o Jongo (Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo).

Ações de Apoio e Fomento

As principais ações de apoio e fomento a bens culturais imateriais são aquelas que decorreram dos bens que foram registrados. Destacam-se:

Plano de Salvaguarda da Arte Gráfica Kusiwa, arte gráfica e pintura corporal dos índios Wajãpi, Amapá. Incluído no Livro dos Saberes (2002).

A preservação da tradição cultural desse povo, como base para o seu desenvolvimento, se dá a partir da valorização de seus códigos de comunicação gráficos e orais. Todo o trabalho de salvaguarda desse bem cultural considera essas expressões diante de outras formas indígenas e não-indígenas, inclusive quanto ao seu valor enquanto afirmação identitária.

"O Plano de Salvaguarda da Arte Gráfica Kusiwa está sendo executado por meio de convênio celebrado entre o Iphan e o Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena – IEPÉ, organização não-governamental que, juntamente, com o Museu do Índio, da Funai, realizou o trabalho de registro desse bem cultural. Envolve ações de organização comunitária e documental, de formação de pesquisadores da própria comunidade para a continuidade dos trabalhos de Registro das expressões dessa cultura, e de fortalecimento das suas formas de transmissão, além de ações de intercâmbio de experiências." [27]

Até o final de 2005 o Plano de Salvaguarda da Arte Gráfica Kusiwa já havia alcançado os seguintes objetivos:

Conclusão do projeto arquitetônico executivo do Centro de Formação e Documentação Wajãpi.

Realização do I Encontro de Pesquisadores Wajãpi e da Oficina de Arte Gráfica e Verbal na Terra Indígena Wajãpi.

Organização dos registros gráficos e orais e sua disponibilização aos índios Wajãpi, por meio do Álbum Kusiwarã ou Álbum de Narrativas.

Organização e digitalização de acervo fotográfico sobre a cultura Wajãpi.

27- MinC/Iphan/DPI. Relatório de Atividades do Departamento do Patrimônio Imaterial. Brasília, 2005, p. 39.

Fueron también registrados el *Círio de Nossa Senhora de Nazaré* en Belém (Pará), los *Ofícios das Paneleiras de Goiabeiras* (Espírito Santo) y de las *Baianas de Acarajé de Salvador* (Bahía), el modo de hacer *Viola de Cocho* (Mato Grosso y Mato Grosso do Sul) y el *Jongo* (Río de Janeiro, Sao Paulo y Espírito Santo).

Acciones de Apoyo y Fomento

Las principales acciones de apoyo y fomento para bienes culturales inmateriales son aquellas que decorrieron de los bienes que fueron registrados. Se destacan:

Plan de Salvaguardia del Arte Gráfico Kusiwa, arte gráfico y pintura corporal de los indios Wajãpi, Amapá. Incluido en el Libro de los Saberes (2002).

La preservación de la tradición cultural del referido pueblo, como base para su desarrollo, se origina a partir de la valorización de sus códigos de comunicación gráficos y orales. Todo el trabajo de salvaguardia de este bien cultural considera sus expresiones frente a otras formas indígenas y no indígenas, inclusive su valor como afirmación identitaria.

"El Plan de Salvaguardia del Arte Gráfico Kusiwa está siendo ejecutado por medio del convenio celebrado entre el Iphan y el Instituto de Estudio y Formación en Educación Indígena – IEPÉ, organización no gubernamental que, junto al Museo del Indio, de la Funai, realizó el trabajo de registro de este bien cultural. Envuelve acciones de organización comunitaria y documental, de formación de investigadores de la propia comunidad para la continuidad de los trabajos de Registro de las expresiones de esta cultura, y de fortalecimiento de sus formas de transmisión, además de acciones de intercambio de experiencias." [27]

Hasta el final de 2005 el Plan de Salvaguardia del Arte Gráfico Kusiwa ya había alcanzado los siguientes objetivos:

Conclusión del proyecto arquitectónico ejecutivo del Centro de Formación y Documentación Wajãpi.

Realización del I Encuentro de Investigadores Wajãpi y del Taller de Arte Gráfico y Verbal en la Tierra Indígena Wajãpi.

Organización de los registros gráficos y orales y su divulgación a los indios Wajãpi, por medio del Álbum Kusiwarã o Álbum de Narrativas.

Organización y digitalización de acervo fotográfico sobre la cultura Wajãpi.

27 - MinC/Iphan/DPI. Informe de Actividades del Departamento del Patrimonio Inmaterial. Brasilia, 2005, p. 39.



Fábrica de Vinhos Tito Silva, João Pessoa-PB; Tecelagem do triângulo mineiro (Arquivo Aloísio Magalhães/CNRC/Iphan).

Elaboração do projeto pedagógico da formação de pesquisadores Wajãpi.

Edição de documentário em vídeo intitulado Mairi, com 20 minutos de duração, sobre a tradição mítica Wajãpi sobre a história da fortaleza de Macapá.

Instalação do Conselho Consultivo do Plano de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial dos Wajãpi do Amapá.

Realização do seminário Experiências Indígenas em Gestão e Pesquisa de Patrimônios Culturais no Amapá e Norte do Pará.

Plano de Salvaguarda do *Ofício das Paneleiras de Goiabeiras*, no Espírito Santo. Incluído no Livro dos Saberes (2002).

"Esse plano de ação para salvaguarda consiste, principalmente, no desenvolvimento de ações para a melhoria organizacional e gerencial do grupo; assim como outras iniciativas voltadas para criar condições de melhor atendimento e de inserção das panelas produzidas por essa comunidade em mercados nacionais e internacionais. Para tanto, prevê-se a realização de oficinas que abordam questões relacionadas ao associativismo, ao gerenciamento da produção, e à formação de preços." [28]

Para implementar esse plano de ação, realizaram-se diversas reuniões em 2005. Como resultado,

28 - Id., Ibid., p. 40.

Elaboración del proyecto pedagógico de la formación de investigadores Wajãpi.

Edición de un documental en video intitulado Mairi, con veinte minutos de duración, sobre la tradición mítica Wajãpi sobre la historia de la fortaleza de Macapá.

Instalación del Consejo Consultivo del Plan de Salvaguardia del Patrimonio Inmaterial de los Wajãpi del Amapá.

Realización del seminario Experiencias Indígenas en Gestión y Estudio de Patrimonios Culturales en Amapá y Norte de Pará.

Plan de Salvaguardia del *Ofício das Paneleiras de Goiabeiras*, en Espírito Santo. Incluido en el Libro de los Saberes (2002).

"Este plan de acción para salvaguardia consiste, principalmente, en el desarrollo de acciones para el mejoramiento organizativo y administrativo del grupo; así como otras iniciativas dirigidas a crear condiciones para una mejor atención e inserción de las ollas producidas por esta comunidad en mercados nacionales e internacionales. Para ello, se prevé la realización de talleres que aborden cuestiones relacionadas al asociativismo, a la administración de la producción, y a la formación de precios." [28]

Para implementar este plan de acción, se realizaron diversas reuniones en el año 2005. Como

28 - Id., Ibid., p. 40.

foram constituídas as seguintes comissões:

Comissão de Organização Comunitária: debate a reforma da sede, a higienização do local, a utilização de uniformes, a valorização do bairro e a criação de um restaurante no local.

Comissão de Produto (ou matéria prima): organiza visitas ao Vale do Mulembá, local de extração do barro, a fim de avaliar o prazo de esgotamento do barreiro e discutir providências.

Comissão de Divulgação, Promoção e Comercialização: discute questões relacionadas a elaboração de catálogos, folhetos, selos de qualidade do produto e a participação em eventos, feiras e exposições.

Plano de Salvaguarda do *Samba de Roda do Recôncavo Baiano*. Incluído no Livro de Formas de Expressão (2004).

" ...tenho indícios de que o processo de reconhecimento do samba de roda como patrimônio brasileiro tem sido gratificante para os principais envolvidos. No dia 18 de setembro de 2004, realizou-se na cidade de São Francisco do Conde, com apoio da prefeitura local e do Iphan o I Encontro de Sambadores do Recôncavo. Havia mais de 50 sambadores de cerca de 15 diferentes municípios, e as discussões foram feitas em plenárias e em pequenos grupos. Muitas queixas foram apresentadas sobre as dificuldades do samba de roda para sobreviver e muitas idéias foram dadas para o plano de ação..." [29]

O plano de salvaguarda em torno desse bem imaterial vem realizando as seguintes ações de preservação: 1) divulgação do samba de roda mediante a produção de CD com 22 músicas selecionadas durante a pesquisa realizada para o Registro. 2) criação de centro de referência para reunião e divulgação do material audiovisual e de pesquisas já produzidos sobre essa forma de expressão; 3) implantação de oficina-escola para a fabricação e execução da viola *machete* - instrumento tradicional do samba de roda que as pesquisas mostraram estar em vias de extinção.

A implementação desse plano, construído com os grupos de samba de roda, tem obtido grande êxito e contado com a participação ativa dos praticantes dessa forma de expressão, por meio da Associação de Sambadores e Sambadeiras do Recôncavo Baiano. Também são notórios: 1) o crescimento da auto-estima dos componentes dos grupos; 2) a

29 - SANDRONI, Carlos. Questões em torno do Dossiê do Samba de Roda. IN: CNCP, MinC/Iphan. Registro e Políticas de Salvaguarda para as Culturas Populares. Brasília, 2005.

resultado, fueron constituidas las siguientes comisiones:

Comisión de Organización Comunitaria: debate la reforma de la sede, higienización del local, utilización de uniformes, valorización del barrio y la creación de un restaurante en el local.

Comisión de Producto (o materia prima): organiza visitas al *Vale do Mulembá*, local de donde se extrae la arcilla, a fin de evaluar el plazo de duración del yacimiento y discutir providencias.

Comisión de Divulgación, Promoción y Comercialización: discute temas relacionados a la elaboración de catálogos, folletos, sellos de calidad del producto y la participación en eventos, ferias y exposiciones.

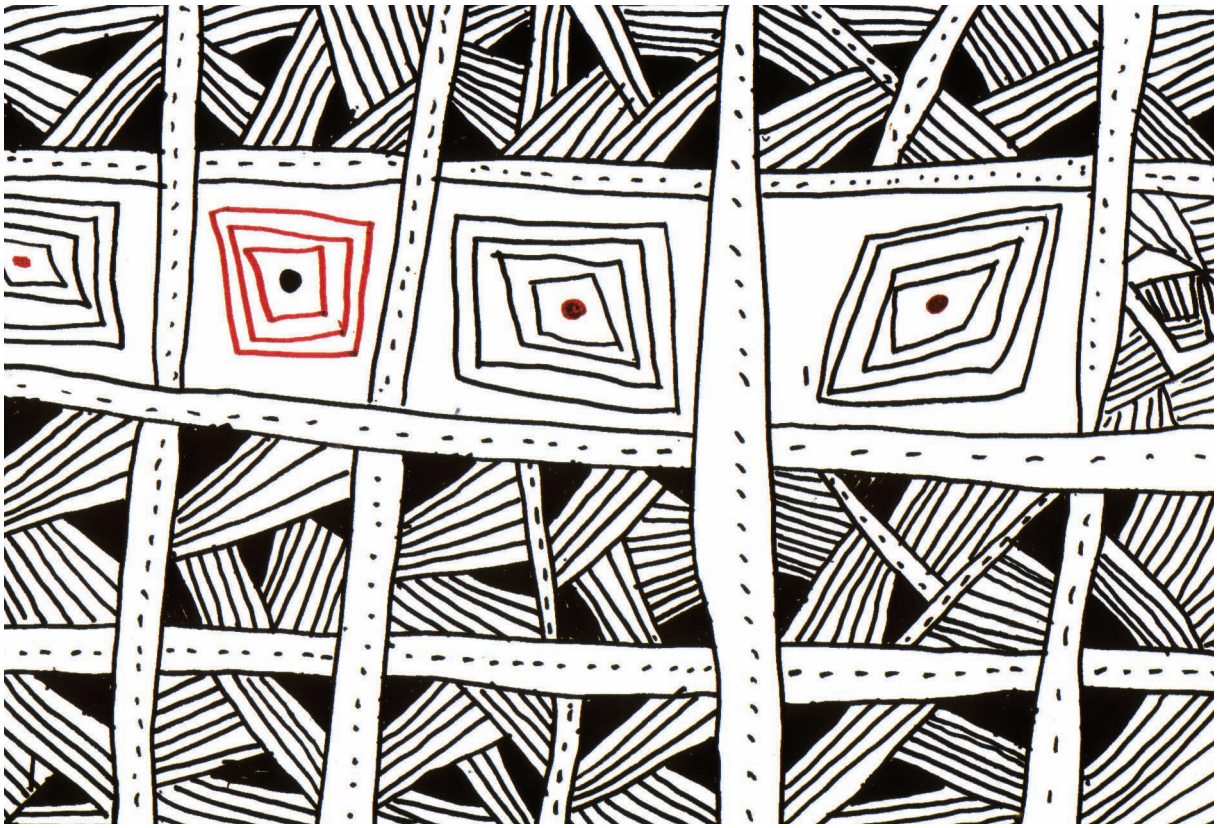
Plan de Salvaguardia del *Samba de Roda no Recôncavo Baiano*. Incluido en el Libro de Formas de Expresión (2004).

"...tengo indicios de que el proceso de reconocimiento del samba de roda *como patrimonio brasileño ha sido gratificante para los principales involucrados. El 18 de septiembre de 2004, se realizó en la ciudad de São Francisco do Conde, con el apoyo de su alcaldía y del Iphan el I Encuentro de* Sambadores do Recôncavo. *Había más 50 sambadores de cerca de 15 diferentes municipios, y las discusiones se realizaron en plenarias y en pequeños grupos. Muchas quejas fueron presentadas sobre las dificultades que el* samba de roda *tiene para sobrevivir y muchas ideas fueron dadas para el plan de acción."* [29]

El plan de salvaguardia de este bien inmaterial viene realizando las siguientes acciones de preservación: 1) divulgación del *samba de roda* mediante la producción de CD con 22 músicas seleccionadas durante el análisis realizado para su Registro. 2) creación de un centro de referencia para reunir y divulgar el material audiovisual y estudios ya realizados sobre esta forma de expresión; 3) implantación de un taller-escuela para la fabricación y ejecución de la *viola machete* que los estudios mostraron que se encuentra en vías de extinción.

La implementación de este plan, construido con los grupos de *samba de roda*, ha obtenido gran éxito y ha contado con la participación activa de sus practicantes, por medio de la Asociación de Sambadores y Sambaderas del Recôncavo Baiano. También son notorios: 1) el crecimiento de la autoestima de los componentes de los grupos; 2)

29 - SANDRONI, Carlos. Questões em torno do Dossiê do Samba de Roda. IN: CNCP, MinC/Iphan. Registro y Políticas de Salvaguardia para las Culturas Populares. Brasilia, 2005.



Arte Gráfica Wajãpi (Jamy Wajãpi).

ampliação de suas oportunidades no mercado de trabalho; 3) o aumento do respeito pelos que praticam essa forma de expressão.

"A constituição de uma Associação de Sambadores e Sambadeiras, congregando os vários grupos de samba de roda do Recôncavo Baiano, representa notável avanço em termos da organização dos grupos e da ampliação de suas capacidades relativas ao desenvolvimento de projetos para a salvaguarda dessa expressão cultural, de modo autônomo e sustentável. Nesse sentido, em poucos meses de funcionamento, a associação já obteve o patrocínio da Petrobras para um projeto cultural." [30]

Outras ações de apoio e fomento em curso:

Referências Culturais dos povos indígenas de Uaupés, em São Gabriel da Cachoeira (Amazonas).

Culturas Populares: exposições na Sala do Artista Popular do Museu Edson Carneiro e projetos de apoio a comunidades artesanais (ações de âmbito nacional conduzidas pelo CNFCP).

30 - MinC/Iphan/DPI. Relatório... op. cit, p. 43.

la ampliación de sus oportunidades en el mercado de trabajo; 3) el aumento del respeto por aquellos que practican esta forma de expresión.

"La constitución de una Asociación de Sambadores y Sambaderas, congregando los varios grupos de samba de roda do Recôncavo Baiano*, representa un notable avance en términos de la organización de los grupos y de la ampliación de sus capacidades relativas al desarrollo de proyectos para la salvaguardia de esta expresión cultural, de manera autónoma y sostenible. De esta forma, en pocos meses de funcionamiento, la asociación ya obtuvo el patrocinio de Petrobras para un proyecto cultural."* [30]

Otras acciones de apoyo y fomento en curso:

Referencias Culturales de los pueblos indígenas de Uaupés, en São Gabriel da Cachoeira (Amazonas).

Culturas Populares: exposiciones en la Sala del Artista Popular del Museo Edson Carneiro y proyectos de apoyo a comunidades artesanales (acciones de ámbito nacional conducidas por el CNFCP).

30 - MinC/Iphan/DPI. Relatório... op. cit, p. 43.

Desafios da Política de Salvaguarda

Superação dos obstáculos para a expansão e consolidação da política pública

Em pleno processo de expansão, a política de preservação dos bens culturais imateriais já enfrenta desafios importantes.

O primeiro deles diz respeito à consolidação e à ampliação do espaço institucional comprometido com a implementação dessa política, especialmente nas esferas estaduais e municipais. Com o objetivo de tornar as unidades descentralizadas do Iphan pontos multiplicadores e orientadores desse trabalho, foram iniciadas ações de salvaguarda em todas as Superintendências Regionais da instituição. Com esse mesmo propósito, foram também estabelecidas parcerias com organismos estaduais e municipais, especialmente no que toca aos inventários. Contudo, em face da amplitude territorial do país, investir em outras ações de divulgação e captação de parceiros é, sem dúvida, essencial.

A idéia é: não somente o Estado, mas também organizações não-governamentais, instituições privadas e empresas devem ser sensibilizadas para essa tarefa. Na verdade, a única etapa do processo em que a participação dos organismos governamentais é, e sempre será, fundamental relaciona-se ao Registro. Os trabalhos de pesquisa, documentação, apoio e fomento podem muito bem ser realizados sem tutela oficial.

Outro desafio não menos importante é o permanente aperfeiçoamento do instrumental técnico e metodológico que apóia as ações de salvaguarda, de modo que esses procedimentos jamais se cristalizem. Ao contrário, planos de salvaguarda e demais instrumentos técnicos devem estar em permanente evolução e aprimoramento. Só assim, poderão acompanhar e se adequar à dinâmica de criação e recriação desse patrimônio.

É, ainda, fundamental, o estabelecimento de indicadores para o monitoramento do desenvolvimento e dos resultados dessa política pública, que deve também prever a ampliação dos canais de participação da sociedade no seu acompanhamento, fiscalização e execução. Necessário também é avançar na integração e

Desafíos de la Política de Salvaguardia

Superación de los obstáculos para la expansión y consolidación de la política pública

En pleno proceso de expansión, la política de preservación de los bienes culturales inmateriales ya enfrenta desafíos importantes.

El primer desafío se refiere a la consolidación y ampliación del espacio institucional comprometido con la implementación de esta política, especialmente en las esferas estatales y municipales. Con el objetivo que las unidades se descentralicen del Iphan siendo puntos multiplicadores y orientadores de este trabajo, fueron iniciadas acciones de salvaguardia en todas las Superintendencias Regionales de la institución. Con este mismo propósito, fueron también establecidas coparticipaciones con organismos estatales y municipales, especialmente en lo concerniente a inventarios. Sin embargo, en vista de la amplitud territorial del país, invertir en otras acciones de divulgación y captación de socios es, sin lugar a duda, esencial.

La idea es que no solamente el Estado, sino también organizaciones no gubernamentales, instituciones privadas y empresas deben ser sensibilizadas para esta tarea. En verdad, la única etapa del proceso donde la participación de los organismos gubernamentales es, y siempre será, fundamental se relaciona al Registro. Los trabajos de investigación, documentación, apoyo y fomento pueden muy bien ser realizados sin la tutela oficial.

Otro desafío no menos importante es el permanente perfeccionamiento del instrumental técnico y metodológico que apoya las acciones de salvaguardia, de manera que estos procedimientos jamás se cristalicen. Al contrario, planes de salvaguardia y demás instrumentos técnicos deben estar en permanente evolución y perfeccionados. Sólo así, podrán acompañar y adecuarse a la dinámica de creación y recreación de este patrimonio.

Además, es fundamental el establecimiento de indicadores para el monitoreo del desarrollo y de los resultados de esta política pública, que debe también prever la ampliación de los canales de participación de la sociedad en su seguimiento, fiscalización y ejecución. Es necesario también avanzar en la integración e interacción de la política de salvaguardia del patrimonio inmaterial con



Rótulos da Fábrica de Vinhos Tito Silva, João Pessoa-PB (Arquivo Aloísio Magalhães/CNRC/Iphan).

interação da política de salvaguarda do patrimônio imaterial com outras políticas governamentais, especialmente nas áreas da educação, saúde, trabalho, ciência e tecnologia, turismo e indústria e comércio.

Por fim, avançar na difusão do entendimento de que o Registro e o tombamento são instrumentos equivalentes e complementares, constituindo formas, adaptadas à natureza de cada bem, de se alcançar um mesmo objetivo: preservar o patrimônio cultural brasileiro.

Superar esses grandes desafios da política de preservação dos bens culturais imateriais é a principal meta do Departamento do Patrimônio Imaterial nos próximos anos. Ou, em outras palavras:

"o grande desafio a partir do decreto nº 3.551/00, para o Estado, em parceria com a sociedade, é de dar continuidade à formulação e à implementação efetivas de políticas públicas para a cultura articuladas e de amplo alcance, que realmente beneficiem os cidadãos. Atenção especial deverá ser dada 'àqueles grupos que, embora responsáveis pela criação e preservação de manifestações culturais vivas e admiráveis, – como os grupos indígenas, as comunidades ribeirinhas do sertão e das florestas, para citar apenas alguns casos, – raramente têm recebido o reconhecimento de toda a nação. Esse apoio, por outro lado, não pode ficar restrito ao âmbito do Ministério da Cultura, pois envolve questões complexas como a da preservação do meio ambiente, da propriedade intelectual, dos efeitos da comercialização e do turismo, entre outras. Fazer essa articulação, a partir de perspectivas diferentes e de objetivos comuns, é uma tarefa complexa em que cabe ao poder público especial responsabilidade. São desafios que só serão realmente enfrentados a partir de uma concepção sistêmica das políticas culturais, com a descentralização de ações, o estabelecimento de parcerias e, sobretudo, uma ampla abertura para a participação das comunidades." [31]

31 - LONDRES, Cecília. Op. cit., p. 11.

otras políticas gubernamentales, especialmente en las áreas de educación, salud, trabajo, ciencia y tecnología, turismo e industria y comercio.

Finalmente, avanzar en la difusión del entendimiento de que el Registro y la declaración de patrimonio son instrumentos equivalentes y complementarios, constituyendo formas, adaptadas a la naturaleza de cada bien, para alcanzar un mismo objetivo: preservar el patrimonio cultural brasileño.

Superar estos grandes desafíos de la política de preservación de los bienes culturales inmateriales es la principal meta del Departamento del Patrimonio Inmaterial en los próximos años. O en otras palabras:

"el grande desafío a partir del decreto 3.551/00, para el Estado, con la coparticipación de la sociedad, es de dar continuidad a la formulación e implementación efectivas de políticas públicas para la cultura articuladas y de amplio alcance, que realmente beneficien a los ciudadanos. Una atención especial deberá ser dada 'a aquellos grupos que, aunque responsables por la creación y preservación de manifestaciones culturales vivas y admirables, – como los grupos indígenas, comunidades ribereñas de la sabana y de los bosques, para citar apenas algunos casos – raramente han recibido el reconocimiento de toda la nación. Este apoyo, por otro lado, no puede quedar restricto al Ministerio de Cultura, puesto que implica cuestiones complejas como la preservación del medio ambiente, de la propiedad intelectual, de los efectos de la comercialización y del turismo, entre otras. Realizar esta articulación, a partir de perspectivas diferentes y de objetivos comunes, es una tarea compleja donde cabe al poder público una especial responsabilidad. Son desafíos que sólo serán realmente enfrentados a partir de una concepción sistémica de las políticas culturales, con la descentralización de acciones, el establecimiento de asociaciones y especialmente, una amplia apertura para la participación de las comunidades." [31]

31 - LONDRES, Cecília. Op. cit., p. 11.

Canto de carregadores de piano, Recife (há uma variante)
Canto de porteadores de piano, Recife (hay una variante)

Coro: O maná, maná, maná
O maná sunsum.
Solo: Manuero tu me conta
Qui vida essa é sua
Bebendo tanta aguardente
Caindo de rua em rua
Coro: O maná, maná, maná
O maná sunsum.
Solo: Mandei fazer figidera
Du mariscu sururu
Para da o manuero
Du Rio Grandi du Su
Coro: O maná, maná, maná
O maná sunsum.
Solo: Já lá o trem de Olinda
Pintadinho de azul
Com trezentos mamuero
I quatrocentos sanhassum
Coro: O maná, maná, maná
O maná sunsum.
Solo: Mandei fazê uma cerca
Uma cerca di bambu
Pa pigá os mamuero du Rio Grande do Su
Coro: O maná, maná, maná
O maná sunsum.
Solo Mandei busca belo vinho
De cajú
Para da os mamoero
Do Rio Grande do Sul
Coro: O maná, maná, maná
O maná sunsum.

Canto recolhido por Mario de Andrade em sua missão de pesquisa folclórica ao Nordeste do Brasil em 1938.
Canto recogido por Mario de Andrade en su misión de investigación folclórica al Nordeste de Brasil en 1938.

IPHAN
Ministério da Cultura
BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL